

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

GABRIELA KLAUS

**MULHER E PODER: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE A
MULHER POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientadora: Solange Mittmann

Porto Alegre
Dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer àqueles que estiveram comigo nesta jornada que foi o curso de Letras. Obrigado por acompanharem a minha vida de professora, letrista e também por estarem junto comigo nestes tempos de TCC.

Agradeço aos meus pais, por terem me proporcionado livros e educação, além do apoio durante esta jornada;

Às minhas amigas “Chigarras”, por tudo o que vivemos e aprendemos juntas, por me fazerem rir todos os dias, também por me ouvirem sempre falar neste trabalho e acreditarem que eu conseguiria escrevê-lo;

À minha orientadora Solange, por ter sido “luz” desde o nosso primeiro encontro, por ser paciente com minhas dúvidas e por ter construído junto comigo este trabalho;

Aos amigos que a Letras me proporcionou, pela aprendizagem e pelo convívio diário;

Às minhas amigas, que não me esquecem, apesar das minhas ausências;

RESUMO

Neste trabalho, sob o suporte teórico da Análise do Discurso (AD) de linha pêncheutiana, proponho uma análise de alguns discursos veiculados na mídia tradicional sobre mulheres que exercem ou exerceram posições políticas de destaque. A metodologia deste trabalho se constitui no recorte e análise de sequências discursivas, relacionando os estereótipos femininos da histeria, da domesticidade, da sexualização e dos padrões de beleza que nelas ocorrem, com a origem desses discursos dentro de uma memória. Também analiso, utilizando os conceitos de formação discursiva e posição-sujeito, como a mídia tradicional é responsável pela reprodução de determinados discursos que reproduzem estereótipos relacionados às minorias políticas, em especial às mulheres, além de como essa mídia tradicional se constituiu no Brasil. Além disso, analiso como a participação da mulher na política e o movimento feminista estão mudando uma memória.

Palavras-chave: Análise do Discurso, mídia, memória, gênero, formação discursiva.

ABSTRACT

In this work, from the Pêcheux's theory of Discourse Analysis (DA), I propose an analysis of some discourses diffused in traditional media about women in political positions. The methodology used here consist in the analysis of discursive sequences picked out from traditional media, relating it with the origin of the gender stereotypes of history, domesticity, sexualization and beauty standarts. I also analyze, using the concepts of discursive formation and subject-position, how traditional media is responsible for the reproduction of certain discourses which reproduce stereotypes related to political minorities, especially to women, as well as how this traditional media was constituted in Brazil. Furthermore, I analyze how women's political participation and the feminist movement are changing a memory.

Keywords: Discourse Analysis, media, memory, gender, discursive formation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. A INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA PELA FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	8
1.1 MÍDIA TRADICIONAL COMO FORMADORA DE OPINIÃO.....	14
1.2 MÍDIA TRADICIONAL COMO REPRODUTORA DE ESTEREÓTIPOS.....	19
2. MEMÓRIA E ARQUIVO.....	21
3. A MEMÓRIA SOBRE OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS.....	24
3.1 A DOMESTICIDADE.....	25
3.2 A HISTERIA.....	35
3.3 A SEXUALIZAÇÃO E O PADRÃO ESTÉTICO.....	43
4. O MOVIMENTO FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA MUDANDO UMA MEMÓRIA.....	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, sob o suporte da teoria da Análise do Discurso (AD), faço uma análise de alguns discursos veiculados nos últimos tempos sobre mulheres que exercem ou exerceram posições políticas de destaque.

A origem da ideia de fazer este trabalho surgiu porque inúmeras vezes quando leio notícias e anúncios direcionados ao público feminino, questiono-me como aquele mesmo discurso seria se retratasse ou fosse direcionado a algum outro grupo social que possui uma outra memória e de que forma ele seria feito. Claro que o meu interesse não me deixa crer que por trás de um aparelho ideológico tão enérgico, como é a mídia neste país, não haja um interesse político e econômico de manutenção de uma hegemonia, tendo como interesse norteador o fato de manter alguns grupos sociais em posição subalterna.

Pensar a representação atual da mulher na mídia requer compreender toda uma construção social, psicológica e ideológica dos papéis de gêneros atribuídos aos diversos grupos sociais. Neste trabalho, analiso sequências discursivas que circularam na mídia tradicional, e isso acarreta pensar sobre uma memória e um posicionamento ideológico, ou formação discursiva, que leva jornais a veicularem tais matérias, bem como o objetivo que se tem de fazer com que determinado discurso seja reproduzido, afinal, o autor escreve o que escreve pois está permeado de ideologia e, já que o homem é um animal ideológico (PÊCHEUX, 1995), não há representação ou exposição de ideias que não transpareçam a formação discursiva do sujeito.

Segundo Pêcheux (1995, p.170 -171), o sujeito se identifica com o que ele chama de “forma-sujeito”, ou seja, o saber de uma determinada formação discursiva, e, sendo um ser constituído de inconsciente e ideologia, há um “assujeitamento ideológico”, que ocorre pelo fato do sujeito “esquecer” das determinações que o constituem como tal e o colocam no lugar que está, fazendo-o acreditar que ele é propriamente o criador do discurso e que o está produzindo “em total consciência e em total liberdade”. Portanto, nenhum sujeito é a origem dos seus discursos, mas, sim, um reprodutor desse, pois todo discurso tem historicidade. Essa historicidade se manifesta nos discursos por meio de uma memória, que faz com que determinados discursos permaneçam, ou não, sendo utilizados e ressignificados.

Desta forma, no primeiro capítulo analiso as noções teóricas de formação discursiva e posições-sujeito, para depois analisar como esses conceitos se dão na mídia tradicional. Analiso também, nesse primeiro capítulo, a noção da mídia tradicional formadora de opiniões e reprodutora de discursos, fazendo uma análise da formação histórica da mídia tradicional no Brasil, bem como dos efeitos de neutralidade e imparcialidade que ela tenta transparecer em seus discursos. Além disso, para fechar o capítulo, faço uma análise dessa mídia como reprodutora de estereótipos sociais, em especial os de gênero.

No capítulo seguinte, abordo as noções de memória de arquivo e, no último, a noção de memória sobre o feminino, fazendo uma análise da construção dos estereótipos de gênero, relacionando esses estereótipos com sequências discursivas que foram veiculadas pela mídia sobre as mulheres políticas.

1. A INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA PELA FORMAÇÃO DISCURSIVA

Neste capítulo, trago a questão da interpelação ideológica e as noções de formação discursiva (FD) e de posição-sujeito, para depois analisar esses conceitos relacionados aos discursos da mídia tradicional sobre as mulheres na política.

Para analisar os discursos veiculados pela mídia tradicional, devemos considerar a questão da ideologia, que direciona as interpretações dos fatos e, portanto, dos sentidos. Parto do pressuposto de que não existe língua sem ideologia, pois todo sujeito é interpelado por ela através da sua identificação com uma FD. Para Orlandi (1999, p.46), somos sujeitos interpelados pela ideologia, que é constituinte dos sujeitos e dos sentidos, ideologia esta que “produz evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”.

Ao trazer a questão do sujeito e da ideologia, Pêcheux (1995, p.171-172) mostra que a identificação do sujeito com uma determinada ideologia ocorre pelo “assujeitamento ideológico”, que faz com que esse sujeito passe a pensar que a sua tomada de posição frente a uma determinada ideologia é algo totalmente livre, ou seja, que o que o sujeito fala seria um ato original, mas, de acordo com o autor, a tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito falante, afinal, todo discurso é heterogêneo, ou seja, é composto por muitos outros discursos em uma “teia”, pois contém historicidade. Orlandi (1999, p.47), ao falar da mesma questão, diz que “a subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia, como um interior sem exterior, esfumando-se a determinação do real (do interdiscurso), pelo modo mesmo como que ele funciona”. Assim, posso dizer que o sujeito está sempre inscrito em uma ideologia, mas ele não sabe que está, e tem a ilusão de ser a origem do dizer, pois é dotado de inconsciente, e isto é o que, de acordo com Indursky (2008, p.11), Pêcheux chama de “subjetividade não subjetiva”.

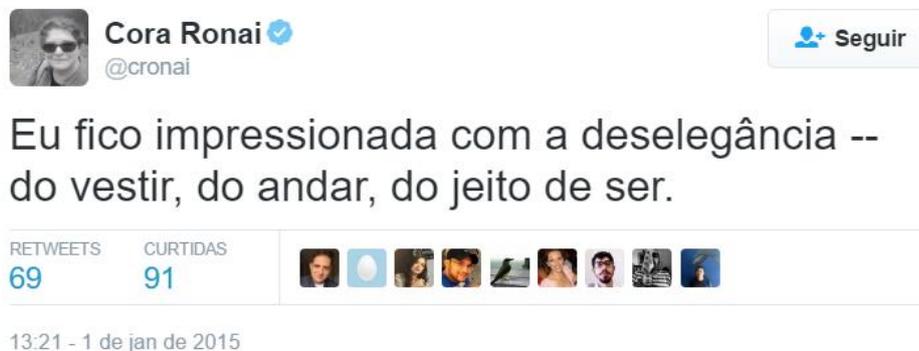
Ao falarmos de heterogeneidade do discurso e da FD, devemos pensar em uma rede de conhecimentos e enunciados que as constituem. Esses enunciados são repetidos e impulsionados por uma memória, pois, de acordo com Foucault (1969 apud Gregolin 2007, p.176), toda a formulação contém outras formulações que “ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se

certos efeitos de memória específicos”, tendo essas formulações um “domínio associado”.

Para ilustrar a ideia de que os discursos inscritos em uma mesma FD apresentam um “domínio associado”, trago algumas sequências discursivas (SDs) para analisar. O contexto em que elas foram veiculadas na internet foi a partir da posse do 2º mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (1º de jan. 2015):



Fonte: Site do Twitter¹



Fonte: Site do Twitter²

publicada em 1/1/2015 | atualizada em 1/1/2015

Roupa de Dilma Rousseff na posse de segundo mandato vira piada na web

A presidente teve seu vestido comparado a uma capa de botijão de gás em montagem compartilhada em redes sociais nesta quinta-feira, 1.

Fonte: Site do jornal O Globo³

¹ Disponível em: < <https://twitter.com/miriamleitaocom/status/550764274352926721>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

² Disponível em: < <https://twitter.com/cronai/status/550763727759638528> >. Acesso em: 10 nov. 2016.

As duas primeiras SDs foram veiculadas na rede social Twitter por duas jornalistas, Miriam Leitão e Cora Ronai, que trabalham no jornal O Globo, e a terceira foi veiculada pelo site do jornal. As três SDs estão inscritas em uma mesma FD, não discutindo a posição de apoio ou oposição ao governo de Dilma Rousseff, que possivelmente influenciaram a veiculação destas SDs, mas, sim, o domínio associado que ali se faz sobre o feminino.

As duas primeiras SDs ativam os conceitos de feminilidade através da repetição de discursos sobre as formas pré-estabelecidas de agir, vestir e andar da mulher em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que a terceira SD afirma conceitos parecidos, uma vez que trata como notícia o fato da roupa da empossada ter virado “piada”, o que parece mostrar uma forma de consentimento com o destaque negativo que o fato ganhou na internet.

Formação discursiva remete à história, e, ao analisar certo arquivo, o analista do discurso deve estar ciente do lugar que aquele discurso ocupa, pois os discursos que pertencem a uma mesma FD estão inseridos em um mesmo espaço histórico que contém “lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual, isto é, que o insere na rede da História e, ao mesmo tempo, o constitui e o determina” (GREGOLIN, 2007, p. 176). Assim, a FD nos remete também à noção de memória como algo pré-existente, que se repete através de enunciados interligados. De acordo com Orlandi (1999, p.43), “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro”. Assim, é pela identificação com uma determinada FD, que uma determinada palavra recebe um sentido e não outro. A autora dá o exemplo da palavra “terra”, que para um índio tem um significado diferente do que para um grande proprietário rural.

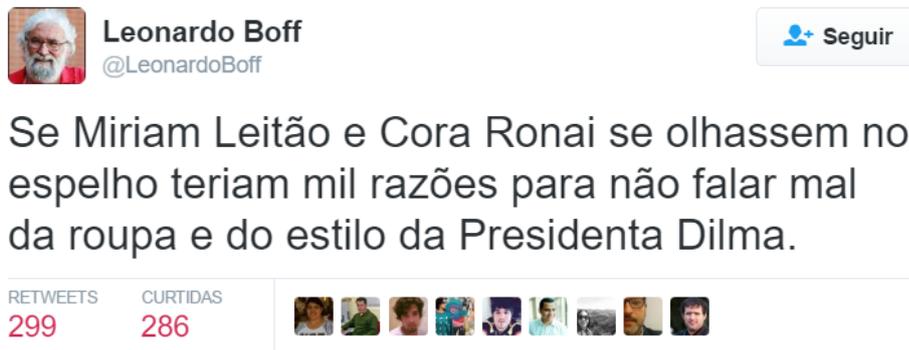
Assim, nas SDs apresentadas acima, podemos verificar a presença de uma FD que se insere em uma posição de repetição de um discurso patriarcal e/ou machista, que reafirma o estereótipo do gênero de acordo com um arquétipo corporal e comportamental que cada gênero deve desempenhar, para a manutenção das relações de dominação. Bourdieu (2012), ao tratar das violências simbólicas a que são submetidos os sujeitos dominados, afirma que a dominação se dá também por uma aprendizagem dos trejeitos corporais. O autor (2012, p.8), afirma que o

³ Disponível em: < <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2015/01/roupa-de-dilma-rousseff-na-posse-de-2-mandato-vira-piada-na-web.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016

dominado aprende a lógica da dominação, que é “exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou maneira de falar), de um estilo de vida (ou maneira de pensar, de falar ou de agir)”, lógica esta que age nas estruturas do inconsciente. Desta forma, creio que as afirmações das jornalistas enquanto mulheres, e não profissionais, estão inseridas dentro dessa lógica que lhes é inconsciente e que lhes foi corporificada, e por isso afirmaram que Dilma Rousseff deveria andar ou agir de outra forma. A SD do jornal também se inscreve em uma lógica, a desmoralização de uma figura pública, política e feminina, através de algo que remete ao seu ser como mulher, pois, conforme afirma Bourdieu (2012, p.75), uma das formas de discriminação realizada por homens - e eu enfatizo aqui que, por termos influência inconsciente desse discurso dominador, nós mulheres, também somos, muitas vezes, reprodutoras dele - e sofridas pelas mulheres ocorre quando essas são reduzidas, de algum modo, à sua feminilidade, pelo fato de terem a atenção desviada para os seus penteados, ou para algum traço corporal, ou quando a elas são direcionados termos familiares como “querida” e “minha menina”, ou tantas outras formas de reducionismo que contribuem para a pequena representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo nas esferas econômica e política.

Falar de ideologia também é falar da heterogeneidade da FD com a qual diferentes sujeitos se identificam de formas particulares. Um exemplo disso são sujeitos que têm opiniões parecidas dentro de uma determinada FD, mas que em alguns aspectos secundários discordam, pois estão em posições-sujeito diferentes.

Para ilustrar essa questão de que sujeitos podem ter posições-sujeito diferentes, apesar de estarem inconscientemente identificados com uma mesma FD, trago uma SD que foi veiculada na rede social Twitter pelo teólogo e escritor Leonardo Boff e, a partir disso, no site de mídia Pragmatismo Político. A SD foi produzida a partir dos tuites das jornalistas Cora Ronai e Miriam Leitão.



Fonte: Site do Twitter ⁴

Ao afirmar que se as duas jornalistas se “olhassem no espelho...”, o autor do tuite mostra que não concorda com o que por elas foi afirmado - não considerando também aqui a posição de apoio ou oposição ao governo de Dilma Rousseff - e ocupa, assim, apenas uma posição-sujeito diferente, pois, apesar de contestar as falas das jornalistas, traz um discurso que condiz com a mesma FD identificada no que foi afirmado pelas jornalistas, pois ao afirmar o que afirmou, ele mostra que, assim como Dilma Rousseff, na percepção das jornalistas, não se enquadra em um padrão feminino que deveria ter, elas também estão longe de terem um padrão estético ideal. Assim, está inscrito em uma mesma FD que determina que mulheres devem ter tal ou tal aparência e comportamento, ou seja, uma concepção patriarcal ou machista que determina a adequação de certos padrões às mulheres. Não diferente do que foi tuitado pelo teólogo, o fato do Pragmatismo Político reproduzir o seu discurso faz com que demonstre uma mesma FD e seja reprodutor de um mesmo discurso.

Leonardo Boff: "Miriam Leitão e Cora Ronai precisam se olhar no espelho"

Duas figuras carimbadas do jornalismo brasileiro estavam preocupadas durante a posse de Dilma Rousseff com o visual da presidente reeleita. Despejaram ódio na internet, e receberam o mesmo em troca. Uma delas pediu desculpas

Fonte: Site do Pragmatismo Político ⁵

⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/LeonardoBoff/status/551580684234805249>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

⁵ Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/leonardo-boff-miriam-leitao-e-cora-ronai-precisam-se-olhar-no-espelho.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

Pêcheux (1995, p.215-216) discute a tomada de posição do sujeito através de duas modalidades, uma denominada “bom sujeito”: quando o sujeito se identifica plenamente com uma FD e reproduz seus sentidos “em plena liberdade”, outra denominada “mau sujeito”, que consiste em uma tomada de posição de “distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...”, ou seja, esse “mau sujeito” vai contra alguns aspectos, alguns discursos da FD com a qual se identifica, e ele a questiona sob a forma do “contra-discurso”. Pêcheux (1995) afirma que existe, ainda, uma terceira modalidade, que é uma “tomada de posição não subjetiva”, quando ocorre a desidentificação do sujeito com uma determinada FD, ou seja, quando ele deixa de se identificar com uma FD e passa a se identificar com outra. Porém, a ideologia não desaparece, pois “ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do desarranjo-rearranjo do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)” (Ibid., p. 217-218). Indursky (2008, p.17) ao tratar dessas questões diz que “as fronteiras de uma formação discursiva são suficientemente porosas para permitirem que saberes oriundos de outras formações discursivas aí se façam presentes” e que as constatações de Pêcheux sob a dualidade “bom sujeito e “mau sujeito” são muito ideais, pois há um conjunto de posições sujeito, e não apenas duas.

Pêcheux (1995) afirma que é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é uma determinada coisa, é o que ele chama de “*caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (ibid., p. 160, grifo do autor), e que fornece a cada indivíduo a sua própria realidade enquanto sistema de vivências, ou seja, cada indivíduo é interpelado pela ideologia atrelada às suas experiências, e assim os discursos têm para cada um de nós significados diferentes. Pêcheux (1995, p.160), ainda, diz que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)...isso equivale dizer que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. [...] Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.

Sendo assim, o analista do discurso também é interpelado por ideologia e identificado com diversas FDs. Analisar um discurso é também considerar a interpretação do sujeito analista por meio de um sentido com o qual ele se identifica, a partir de uma FD (ou mais) e de uma posição sujeito na qual ele se inscreve. Cabe ao analista interpretar as pistas linguísticas dentro de um discurso, “desconsiderando ilusões de clareza e certitude” (NUNES, 2012. p. 373). Ao falar da função do analista do discurso, Mittmann (2007, p.155) afirma que:

Percorremos cada texto, relacionamos com a história, pensamos o linguístico em relação com o ideológico e com o inconsciente. Cientes de que somos afetados por ambos, mergulhamos na ilusão necessária, na denegação, como se ambos estivessem fora de nós, analistas, e presentes apenas no outro, o analisado. Ou seja, estarmos não conscientes é a condição para estarmos cientes. Nosso paradoxo. Tão mais simples seria nosso trabalho se negássemos nossa condição subjetiva. Tão menos desafiador. Quantos sobressaltos deixaríamos de sofrer. Quantas descobertas deixaríamos de fazer....

Portanto, somos todos identificados com várias FDs, que junto com outras FDs formam o interdiscurso. E nossa identificação se dá por intermédio de uma posição-sujeito, o que ocorre através das vivências que tivemos.

1.1 MÍDIA TRADICIONAL COMO FORMADORA DE OPINIÃO

Trato, nesta seção, de alguns aspectos da formação histórica da mídia brasileira para que se possa entender o discurso que ela reproduz. Não pretendo entrar aqui em questões históricas profundas sobre a implantação da imprensa no Brasil, mas apenas comentar alguns aspectos que a tornaram o que é hoje, pois, apesar de analisar imagens veiculadas também em outros países, a maioria das imagens analisadas neste trabalho foram veiculadas na mídia brasileira. Nesta seção trato, também, do papel do jornalista como “responsável” pela produção de discursos.

Se todo indivíduo está inscrito em várias FDs, o jornalista “responsável” pela veiculação de notícias também é identificado com várias. Valendo-se da imagem de imparcialidade, de neutralidade e de veracidade associada ao sujeito jornalista - como se um indivíduo fosse liberto “de redes de interesse, afetos, e paixões” (BIROLI;MIGUEL, 2010, p.60) -, a mídia tradicional atua, mesmo que teoricamente, livre de imposições feitas pelo Estado, como reprodutora de FDs parecidas, que

incluem as imposições de papéis sociais, tendo uma grande importância e influência, principalmente em uma época de fácil disseminação de informações, e sendo propriedade de poderosos grupos empresariais.

Sobre a questão da defesa de uma imparcialidade e de um discurso universalizado pela mídia, Birole e Miguel (2010, p.68) afirmam que:

Ainda que uma leitura crítica da objetividade e da imparcialidade se tenha disseminado nas últimas décadas, o discurso jornalístico continua a se apresentar como partindo de um ponto de vista “universal”. A adesão a esta forma de discurso é alimentada pelas rotinas produtivas da profissão e é indispensável tanto para a consagração no campo jornalístico como para a legitimidade social do campo.

Ao tratar das questões da imparcialidade e da neutralidade do discurso jornalístico, como dito no parágrafo anterior, devemos levar em conta diferentes motivos. Primeiramente, que os sujeitos jornalistas geralmente estão inseridos em várias FDs que os compõem como indivíduos (não tratando, ainda, da FD da instituição a que servem) e, sendo assim, eles geralmente estão inseridos em um lugar social:

Jornalistas podem diferir quanto a posições ideológicas ou valores, mas ocupam posições similares no espaço social, fruto de trajetórias semelhantes e de padrões comuns de socialização, nas universidades e nas redações. Por isso, tendem a se acercar do mundo social de forma similar. De maneira muito simplificada, é possível dizer que, como os jornalistas estão na posição de “classe média”, é natural que na imprensa haja também o predomínio de uma perspectiva de “classe média”. (BIROLE;MIGUEL, 2010, p.69).

Assim, a teia de discursos veiculados pela mídia tradicional geralmente estaria ligada à mesma teia que compõe os discursos de classe, colocando os discursos por eles feitos em uma posição especificamente situada.

Além disso, devemos levar em conta que os fatos veiculados pelos jornalistas na forma de notícias não servem a todos como “verdade”. De acordo com Birole e Miguel (2010), na segunda metade de século XX, o jornalismo nos Estados Unidos e, por influência desse, também em muitos outros países, “minou” a imagem do Estado como reprodutor de um “bem comum”. Mas, a partir de coberturas como a Guerra do Vietnã e o escândalo Watergate, houve uma virada dos aparelhos midiáticos como promotor da “verdade” acima do seu compromisso com o Estado. Como se um “bem comum” fosse promovido pela imprensa ao vender uma ideia de

que a sua verdade é interessante a todos, verdade essa que se consiste em dar destaque ao que, na percepção jornalística, merece ganhar destaque. Portanto, essa “verdade” tecnicamente construída combina-se com a ideia de que a mídia reflete a realidade que circunda:

A justificativa para a visibilidade maior (e diferenciada) de indivíduos e grupos que detêm posições sociais de prestígio ou características socialmente valorizadas é, nesse caso, a de que corresponde à realidade social – se há poucas mulheres em cargos importantes, haverá poucas mulheres no noticiário político, por exemplo. Para além da questão relativa à existência, de fato, de correspondência entre valorização no noticiário e distinção social, é interessante observar a oscilação entre um argumento que destaca a autoria e a escolha dos profissionais e outro que consagra a ideia de que o bom jornalista, o jornalista disciplinado, capta e reproduz a realidade tal como ela lhe é apresentada (Ibid., p.70).

De acordo com Birole e Miguel (2010), para a manutenção do jornalismo como espaço diferenciado de difusão dessa “verdade”, é mobilizada a noção de que a objetividade possível, consistiria na reprodução de diferentes opiniões sobre temas pressupostos a partir de critérios profissionais neutros. Porém, os autores (ibid., p. 70) afirmam que as vozes veiculadas no jornalismo são aquelas que se inserem em uma configuração prévia dos discursos, que permite a expressão dentro do que os jornalistas consideram “publicamente relevante e politicamente razoável”, sendo que essas vozes escolhidas para compor os discursos contém as mesmas perspectivas sociais dos jornalistas. Sendo assim, a diversidade social é mal representada no jornalismo, “que universaliza a perspectiva social de seus agentes, apresentando-a como neutra” (Ibid., p.70). Faço aqui a ressalva de que nem todo o jornalismo age desta forma, mas, geralmente, o tradicional e empresarial de massa, muito influenciado pela publicidade, com um público leitor bem específico a quem essas formas de realidade interessam, afinal, existem atualmente muitas mídias mostrando diferentes formas de fazer notícia e que não se enquadram nesta perspectiva.

Além dos dois fatores expostos anteriormente, para tratar das supostas neutralidade e imparcialidade midiáticas, devemos levar em consideração que, por trás dessa mídia tradicional, estão grandes empresas com alta rentabilidade ligadas à publicidade e ao consumo, sendo as notícias produzidas diariamente em escala industrial (BIROLE; MIGUEL, 2010). A formação das mídias no Brasil, responsáveis pela disseminação de um discurso segregador e reproduzidor de hegemonias sociais,

tem a ver com a formação histórica dos grandes impérios jornalísticos que aqui existem.

Birole (2007) afirma que o jornalismo brasileiro se estruturou nas décadas de 1950, 1960 e 1970 como empresas lucrativas, ampliando o seu público. Houve, aqui, a adoção de um modelo norte-americano de jornalismo “e a substituição do jornalismo caracterizado como de opinião, de combate ou literário pelo jornalismo caracterizado como isento, empresarial, moderno” (Ibid, p.118). Acompanhando a modernização das cidades, o jornalismo se tornou uma fábrica de notícias, adquirindo um caráter comercial. De acordo com R.A. Souza (2015, p.39):

As condições de produção materializadas em nossa formação social, que contribuíram para o estabelecimento da imprensa como empresa de comunicação diretamente relacionada à classe burguesa, também proporcionou a formação de grupos midiáticos inserido nas relações de poder no meio social. Isso ocorreu devido a vários privilégios concedidos aos sujeitos que formaram aliança com grupos dominantes em diferentes momentos da nossa história.

Para R.A. Souza (2015), estando sempre aliadas às relações de poder político, como na a implantação do golpe militar no Brasil, as empresas Rede Globo, grupo Abril e os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, consolidaram, neste período, a sua hegemonia empresarial comunicativa, feita com o objetivo estratégico de segurança nacional, apoiando o golpe e veiculando posições políticas que favoreciam o regime. Assim, a autora afirma que o golpe militar “promoveu um grande desenvolvimento tecnológico nacional por meio da expansão das telecomunicações, área considerada estratégica para o controle político do país e, assim, distribuiu outorgas de emissoras de rádio e televisão a amigos do sistema” (Ibid., p. 46). Sendo esses grupos comunicativos aliados ao sistema político e às práticas do clientelismo, foi possível a eles comandar e reproduzir valores para milhões de habitantes em nível nacional.

Portanto, os discursos produzidos na mídia tradicional e empresarial brasileira, além da não neutralidade e imparcialidade que tentam transpassar, são responsáveis pela perpetuação de valores e padrões sociais que provêm de um lugar e de uma posição socialmente situada, tanto do sujeito que os escreve, como da instituição de onde eles provêm.

1.2 MÍDIA TRADICIONAL COMO REPRODUTORA DE ESTEREÓTIPOS

Alguns veículos de comunicação, quando identificados com uma mesma FD patriarcal, muitas vezes atuam como reprodutores de certos estereótipos ligados a grupos minoritários. Afinal, a posição de patriarca na formação histórico-social é aquela que atribui ao homem uma posição econômica, política e de prestígio social superior aos grupos sobre os quais ele detém poder.

Trato aqui de veículos pertencentes à mídia de massa, conhecida como “grande mídia”, que influencia a esfera política, e esta, por sua vez, influencia os discursos que por ela são reproduzidos. Pois, de acordo com Birole (2011), se as mídias são responsáveis por ambientes comunicativos ricos, nos quais existem diferentes visões de mundo, elas atuam como responsáveis pela não reprodução de estereótipos, mas, se atuam como instrumentos de manutenção de uma ordem social, podem ser consideradas propagadoras de estereótipos. De acordo com a autora, devemos considerar que existem fissuras nos discursos hegemônicos da mídia, ao mesmo tempo que não existe igualdade de circulação das mídias alternativas e das convencionais, pois alguns grupos sociais detêm os meios econômicos para divulgar os seus valores sociais. Portanto, devemos considerar que o peso dos discursos produzidos pela mídia de grande circulação é maior do que os da mídia alternativa.

Se existe pouca representatividade de determinados grupos sociais – não apenas as mulheres têm pouca representatividade, mas grupos historicamente discriminados, como negros, indígenas, homossexuais, etc. - na esfera política, isso ocorre pela perpetuação de outros grupos hegemônicos, que têm a disponibilidade de capital e atuam, nas suas funções políticas, com interesses de manutenção da condição marginal desses grupos, tendo, assim, a conservação de seus poderes decisivos na ordem social das coisas. E, se determinados grupos têm pouca participação política, como consequência, nessa mídia de massa, eles são pouco representados e, quando o são, muitas vezes apresentam-se estereotipados, carregando, geralmente, uma carga negativa, contribuindo para a manutenção de suas condições de excluídos, afinal, é inegável que a política tem um viés masculino, e que esses não são quaisquer homens, mas em geral brancos e de condições econômicas privilegiadas. (BIROLE; MOTA 2014).

Para Birole (2010), a sub-representação das mulheres na política está relacionada, ao mesmo tempo, a dois problemas: um deles é relativo ao funcionamento das democracias liberais, que excluem determinados grupos sociais;

o outro está relacionado à posição de subalternidade das mulheres na sociedade, em que o direito à participação política não foi universalizado. A autora elenca alguns fatores que fazem com que a participação feminina na política não seja tão ativa, entre eles está a falta de interesse de muitas mulheres pela política, devido ao que muitas delas têm como mais caro: a vida privada, a esfera doméstica e a maternidade. Constata, ainda, que a sub-participação das mulheres na política soma-se a sua sub-representação na mídia - a autora pesquisou a representação de algumas mulheres políticas nas revistas *Veja*, *Carta Capital* e *Época* nos anos de 2006 e 2007, e verificou que, não apenas as mulheres políticas investigadas, mas as mulheres anônimas também tinham pouca presença nas revistas, e afirma que essas mídias podem ser pensadas como uma esfera que participa ativamente na reprodução ou transformação de práticas, valores ou instituições. Nas palavras da autora (Ibid., p.46):

Os dados apresentados demonstram que as mulheres são, predominantemente, invisíveis nos noticiários políticos. Além disso, a visibilidade feminina na mídia noticiosa é concentrada em algumas poucas mulheres e produzida por filtros que reafirmam, de múltiplas maneiras, as separações tradicionais que associam as mulheres à esfera doméstica e íntima, à emotividade e ao corpo. O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não-pertencimento à esfera política em sentido estrito são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea.

De acordo, com Birole (2010), em compasso com as mudanças mais amplas que ocorreram nas sociedades que se organizaram por instituições e valores liberais, pode-se afirmar que existe cada vez menos discriminação aberta de sexo, gênero e raça nos meios de comunicação, sendo os movimentos negro, feminista e LGBT grandes responsáveis por essas mudanças, também porque existem garantias, nem que sejam mínimas, de pluralidade e uma aceitação de que as diferenças devem ser respeitadas. Essa ausência de discriminação não garante, porém, que os grupos inferiorizados se autodeterminem, mas que a universalização dos direitos convive com a posição de subalternidade desses grupos. Além disso, nos meios de comunicação, a ausência de normas ou posições abertamente sexistas não garantem a visibilidade simétrica de homens e mulheres, por exemplo, e assim não existem formas explícitas de preconceito, “mas discursos que mobilizam concepções convencionais de gênero como se fossem um dado, isto é, como se ser

mulher ou ser homem implicasse determinados comportamentos” (BIROLE; MOTA 2014, p.212). Isso foi observado nas SDs analisadas nesse capítulo.

As mulheres, pela determinação histórica de seu espaço ser limitado à esfera privada, ocupam certas posições na esfera trabalhista e, conseqüentemente, na esfera política, fazendo com que esta não lhes seja tão concreta e natural quanto é aos homens. Bourdieu (2012) sustenta que quando participam de debates públicos, e eu diria que também quando assumem posições de poder, as mulheres devem lutar para ter acesso à palavra, para manter a atenção e que

Esta espécie de negação à existência as obriga, muitas vezes, a recorrer, para se impor, às armas dos fracos, que só reforçam seus estereótipos: o brilho, que acaba sendo visto como capricho sem justificativa ou exibição imediatamente qualificada de histérica; a sedução que, na medida em que se baseia em uma forma de reconhecimento da dominação, vem reforçar a relação estabelecida de dominação simbólica. (Ibid., p.74).

Assim, os estereótipos que aparecem nas sequências discursivas (SDs) analisadas neste trabalho são baseados nos estereótipos femininos reproduzidos em uma mídia que se identifica com uma mesma FD e que é responsável pela manutenção de determinados discursos inseridos em uma mesma rede de memória e que são vinculados às mulheres há, como veremos nos próximos capítulos, longos séculos de dominação masculina.

2. MEMÓRIA E ARQUIVO

Nesta seção, trago duas noções da Análise do Discurso (AD) que são importantes para a reflexão sobre a imagem da mulher na mídia: a noção do arquivo e de memória, considerando que o arquivo é uma forma de conservação da memória. Nas páginas que seguem, faço uma breve análise sobre a memória associada ao feminino e de que forma ela é representada na mídia por meio de estereótipos de gênero.

Para analisar a circulação de notícias, a forma como os discursos são repetidos e qual propósito disso na sociedade, devemos pensar em duas noções importantes na teoria da AD: o arquivo e a memória. Para Pêcheux (2010 apud FRANÇA, 2016, p. 4), a memória não é uma “memória individual”, mas sim uma memória social, que não pode ser concebida como plena e uniforme, mas sim como heterogênea: “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e regulações...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Sendo assim, a memória nos remete a uma rede de discursos fundamentados na história e é um espaço onde se conservam, se deslocam e se retomam discursos por meio de formações discursivas, pois, como será esboçado mais adiante, são as relações de poder que regulam os discursos na sociedade (SARGENTINI, 2014). Diferentemente da formação discursiva (que foi elaborada no capítulo anterior), a memória não é a identificação (ou não) de um sujeito com uma determinada ideologia, mas sim um espaço atravessado por diversas FDs.

Por sua vez o arquivo, como meio de discurso institucionalizado, é responsável pela conservação desses discursos que estão presentes na memória. O arquivo é composto de materialidades que fazem a conservação dos discursos em diferentes épocas, podendo ser representado por fotos, livros impressos e digitais, e-mails, revistas, etc. Para Mittmann (2008), cada época tem diferentes concepções de arquivo, e ele pode envolver desde pinturas rupestres e pergaminhos até os arquivos atuais, como a internet, que é uma grande pasta com milhares de arquivos de rápido acesso. Para Foucault (2002, apud MITTMANN, 2014, p.36), o arquivo é “a lei do que pode ser dito, ou o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”, sendo que, para Mittmann (2014, p.36),

“materialidade histórica e materialidade linguística e imagética (entre outras) constituem os documentos do arquivo”.

Ao comentar a mesma noção de arquivo para Foucault, Sargentini (2014) diz que, em resposta à questão da “dizibilidade do arquivo”, pode-se dizer que atualmente esse fato tem um limite, o limite da jurisdição, pois nem tudo pode ser dito sem haver penalidades caso alguém se sinta com a moral atingida. Para a autora “a forma e o limite da dizibilidade é inerente ao arquivo, uma vez que só se formam e se transformam enunciados dizíveis diante das relações de poder que se instalam na sociedade” (Ibid., p.26). Se o arquivo é “a materialidade daquilo que pode ser dito”, deve haver algum interesse para que determinados discursos sejam materializados, conservados e reproduzidos sob a forma de arquivo. Sargentini (Ibid., p.26), ainda, pondera que a conservação de enunciados em determinada sociedade é dada a partir de um “conjunto de regras”, como, por exemplo, a recitação, o ensino e a pedagogia, que fazem com que os enunciados sejam remetidos a enunciados anteriores, ocorrendo não apenas na materialidade linguística, mas também em imagens e gestos. Ao falar sobre o arquivo em forma de imagem, a autora diz:

Um enunciado-imagem deve ser alçado de sua simples figuração para se tornar arquivo. Durante o longo período em que a imagem era tomada apenas como ilustração, e somente o texto escrito impunha a materialidade do arquivo, a imagem era negligenciada no arquivo e deixada de lado no momento da análise. Isso nos faz observar que os arquivos não foram (ou ainda não são), portanto, um justo espaço de preservação e conservação, pois ele é suscetível ao que se reconhece em cada tempo como materialidade que deve compor um arquivo. A própria história da AD quanto ao trato do discurso político é um exemplo de como a transformação do discurso político passa a exigir que o estatuto da imagem (fixa ou em movimento – por exemplo, em tv ou em sites) passe a ocupar lugar central no arquivo. (Ibid., p.26).

Por intermédio dessas regras que não são indiferentes às relações de poder, é que se define o que será dito e redito entre discursos estrangeiros e de épocas anteriores, quais “vale a pena” selecionar e reproduzir (SARGENTINI, 2014, p. 27). Ao falar da escolha desses discursos anteriores, sendo selecionados para então serem reativados e reproduzidos, a mesma autora diz:

Restituídos, esses discursos recebem papéis a desempenhar. São organizados em arquivos que passam a ser redistribuídos. A web tornou-se uma ferramenta democrática e eficaz na redistribuição dos arquivos. Tanto institucionais como pessoais, arquivos conteúdo documentos (escritos e

imagéticos) de uma dada época, ao serem reativados produzem na sociedade efeitos diversos. No discurso político a reativação pode produzir efeito paradoxal. São utilizados tanto para qualificar quanto para desqualificar o homem político. (Ibid., p.27).

A relação entre arquivo e memória pode ser descrita da seguinte forma: o arquivo contém as diferentes formas de materialidade nas quais estarão reproduzidos discursos que são conservados por uma memória. Mittmann (2008, p.119), ao falar da diferença entre memória e arquivo para Pêcheux, diz que o arquivo é um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, enquanto que, a memória é um “conjunto complexo, pré-existente e exterior, um corpo em que se encontra a própria condição para produzir e interpretar”.

3. MEMÓRIA SOBRE OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS

Pensar na origem da memória sobre o feminino e de como a mulher foi retratada ao longo de todos os períodos históricos é algo remete a muito longe. Alguns teóricos tentaram situar no tempo alguns acontecimentos que fizeram com que começássemos a ocupar uma posição de subalternidade e servidão, mas não é possível saber com exatidão a origem de tal ocorrido.

Baseado no que pensa Bourdieu (2012, p.7), creio que analisar qualquer forma de dominação masculina é utilizar-se de um raciocínio e fundamentação que são propriamente frutos dessa dominação. Para o autor, a principal forma de dominação masculina se dá por meio de “violência simbólica”, que para ele é uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento”, dominação masculina essa que encontra todas as condições para o seu pleno exercício na objetividade de estruturas sociais e de atividades reprodutivas, baseada em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social. Assim, as próprias mulheres podem aplicar a reprodução de esquemas de pensamento frutos da ordem da dominação masculina. As estruturas de dominação são “produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (Ibid., p. 46).

Nunes (2007, p.373), ao falar da importância da historicidade para a análise de arquivos diz que “a história passou a ser vista não como pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos”. Para o autor, o analista do discurso não trabalha com a temporalidade cronológica dos discursos, pois um discurso remete a outros discursos, podendo “simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens” (Ibid., p.376).

Sabendo, então, da importância da noção histórica na constituição dos sentidos, nas próximas seções, tento elucidar algumas concepções dos estereótipos ligados à domesticidade, à sexualização, aos padrões estéticos e à histeria, existentes sobre o feminino, tratando da memória que os constitui, sabendo,

também, o quanto é difícil situar a origem do estereótipo de gênero, já que é algo que remete a uma memória social secular. Para mostrar como esses estereótipos estão presentes na mídia, utilizo algumas sequências discursivas (SDs) escritas e imagéticas veiculadas na mídia tradicional tratando de mulheres que exerceram ou exercem cargos políticos.

3.1 A DOMESTICIDADE

É sabido que na Grécia Antiga a mulher já ocupava uma posição abaixo na hierarquia que regia as funções sociais. De acordo com Alves e Pitanguy (1985), naquela civilização a mulher ocupava uma posição referente à mesma dos escravos, ser cidadão naquela época implicava ser homem livre, ateniense e não escravo. Acreditava-se que a mulher detinha uma inferioridade natural em relação aos homens, que eles haviam sido criados para a esfera pública, e elas para a esfera doméstica. A seguinte afirmação de Platão ilustra aquela realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho” (PLATÃO apud ALVES;PITANGUY, 1985, p.11). Assim, a mulher detinha a função de mãe, reprodutora e serviçal e o lugar que ocupava era exclusivamente o doméstico, sendo a Grécia conhecida historicamente pela sua contribuição artística, cultural e jurídica e tendo influenciado intensamente o pensamento cultural ocidental.

De acordo com Lira (1999, p.83), na civilização romana, a atuação feminina não era muito diferente, já que o código jurídico legitimava o poder do homem através do *Paterfamilias*, que atribuía ao pai o poder absoluto sobre a mulher, os filhos e os escravos, sendo aquela considerada inabilitada também para a vida jurídica, era o *capitis diminuto*, ou seja, a perda total dos direitos jurídicos que, segundo o autor, “repercutiu na família moderna, afetando a plenitude da capacidade jurídica da mulher casada”. Bourdieu (2012, p.105) afirma algo parecido: “os Estados modernos inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica”.

A realidade social e jurídica das mulheres era diversa em diferentes povos na Idade Média. De acordo com Alves e Pitanguy (1985), há registro de que nos primeiros séculos da Idade Média, antes da adoção da Legislação Romana, em

alguns países, a mulher gozava de alguns direitos e participava de algumas funções sociais e atuava exercendo algumas tarefas que também eram masculinas. Devido às seguidas guerras que eliminavam grande parte das populações masculinas, as mulheres acabavam assumindo as posições de chefe de família, tendo elas também participado das corporações de ofícios, mas tendo sempre o seu trabalho remuneração inferior ao dos homens e não gozando de prestígio social. Segundo as mesmas autoras, há registros também de algumas mulheres que geriam a própria herança, o que muda ao longo dos séculos, pois com o fortalecimento do feudalismo há uma mudança na ideia de parentesco que beneficia os componentes do sexo masculino. De acordo com Macedo (2002), essa modificação na forma de transmissão dos bens tinha por fim evitar a divisão do patrimônio, que colocaria em risco a riqueza da família paterna. Por esse motivo, a mulher era excluída da sucessão de bens. Na nova família, quando viúva, também não tinha direito à herança. Quanto ao casamento na Idade Média, Macedo (2002, p.20) diz que “a mulher era ao mesmo tempo doada e recebida como um ser passivo. Sua principal virtude, dentro e fora do casamento, deveria ser obediência e submissão”.

Se durante a Idade Média a mulher atuou em diversos campos de trabalho, no Renascimento, com a formação dos Estados Nacionais, a centralização do poder e a reintrodução da legislação romana, há um afastamento ainda maior da mulher da esfera pública e a perda de alguns direitos civis. É nesse período que algumas atividades vão se tornando de domínio exclusivo masculino, com uma maior desvalorização do trabalho feminino e a mulher que trabalha passa a ser mal vista, embora, ela nunca pare de trabalhar, servindo de mão de obra, ainda mais desvalorizadas do que os homens, durante a consolidação do sistema capitalista industrial no século XVIII (ALVES; PINTAGUY, 1985).

A consolidação de uma família patriarcal destinou às mulheres a esfera privada e, como consequência, as tarefas domésticas e a maternidade, assim fazendo com que permanecessem excluídas “do universo das coisas sérias”, dos assuntos públicos e econômicos (BOURDIEU, 2012, p.116). Dentro dessa lógica familiar, cabe às mulheres a função da maternidade, como forma de manutenção da descendência, que por vezes é celebrada e reconhecida, mas subordinada às tarefas e afazeres domésticos. À mulher, cabe também a organização de eventos sociais para “assegurar a manutenção das relações sociais e da projeção social da família”, sustentando assim o “capital social” com a organização de uma série de

atividades, como “refeições”, “festas”, “trocas de presentes e telefonemas” sendo essas tarefas, muitas vezes malvistas - “por exemplo, a denúncia permanente do prazer feminino com a ‘fofoca’, sobretudo por telefone...”- e, por não serem remuneradas, são desvalorizadas (Ibid., p.116-117).

Ainda para Bourdieu (2012, p.41), a divisão da ordem social de dominação e exploração entre os gêneros se dá em “duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão”, que levam à separação entre feminino e masculino para todas as coisas no mundo, sendo que assim,

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais. (Ibid., p.41).

O filósofo Rousseau, autor do contrato social, é um dos defensores da separação social e doméstica para mulheres e homens. De acordo com C.A. Souza (2015, p.149), o autor “utiliza o contrato social como ficção política para explicar como se deve constituir uma sociedade política legítima” por meio da entrega dos direitos individuais em nome de uma coletividade, “formando um pacto de associação e não de sujeição”. Entretanto, as mulheres e os homens nessa teoria não teriam iguais oportunidades de participação política perante o pacto social, pois “ao contrário dos homens, elas não desfrutariam da almejada autonomia, liberdade e igualdade, já que permaneceriam sujeitas ao poder masculino” (Ibid., p.149), e assim, totalmente excluídas da vida política. Rousseau faz uma clara distinção do espaço público e do espaço doméstico especialmente no livro Emílio (ROSSEAU, 1762 apud C.A SOUZA, 2015). Nele, fica bastante claro o seu posicionamento ao elucidar como deve ser a educação de Emílio, personagem masculino e de Sofia, personagem feminino. Abaixo, passagens do autor ao tratar das qualidades que uma mulher deve ter:

a primeira e mais importante qualidade de uma mulher é a doçura; feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto o homem, amiúde cheio de vícios e de defeitos, ela deve aprender desde cedo a sofrer até injustiças e a

suportar os erros do marido sem se queixar [...]. O azedume e a obstinação não fazem senão aumentar seus males e os maus procedimentos dos maridos. [...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROSSEAU, 1762 apud C.A SOUZA 2015, p. 153-154).

Ainda, o autor exalta as qualidades domésticas da personagem Sofia:

O que Sofia sabe mais a fundo, e que lhe fizeram aprender com mais cuidado, são os trabalhos de seu sexo, mesmo aqueles de que não se lembram, como cortar e costurar seus vestidos. Não há trabalho de agulha que não saiba fazer e que não faça com prazer; mas o trabalho que prefere a qualquer outro é o de fazer renda [...] Conhece a cozinha e a copa; sabe os preços dos mantimentos; conhece-lhes as qualidades; sabe muito bem fazer suas contas; serve de mordomo para sua mãe. Feita para ser um dia mãe de família ela própria, governando a casa paterna aprende a governar a dela; é capaz de atender às funções dos criados e sempre o faz de bom grado (ROSSEAU, 1762 apud C.A SOUZA, 2015, p.150-151).

Desta forma, a teoria do contrato social determina a separação dos espaços: o público onde os homens estão inseridos e o privado ou doméstico onde as mulheres devem permanecer. Cabe a pergunta: “se, para Rousseau, o contrato social baseia-se num pacto de associação, no qual o indivíduo somente está sujeito a si mesmo por meio da vontade geral, como pode a mulher resultar subordinada ao homem?” (C.A SOUZA, 2015, p.154).

Carole Pateman, responde ao contrato de Rousseau com um livro chamado O Contrato Sexual (1993 apud C.A SOUZA, 2015), alegando que, no sentido patriarcal, o contrato social pressupõe um contrato sexual que estabelece um direito político dos homens sobre as mulheres e um acesso sobre os seus corpos, estando a sociedade civil dividida em dois âmbitos, o público e o doméstico. Desta forma, de acordo com C.A Souza (2015, p.155):

A sociedade civil estaria dividida em dois âmbitos, o público e o privado; entretanto, só se confere relevância ao público. A esfera privada não é considerada politicamente relevante. Nesse sentido, o casamento e o contrato matrimonial também são considerados irrelevantes, politicamente, possibilitando-se a omissão do contrato sexual. [...] É importante ressaltar que a dicotomia público e privado possui extrema relevância para a igualdade de gênero. Se o público constitui domínio exclusivamente masculino, automaticamente as mulheres são excluídas desse âmbito, tanto no momento do contrato social como posteriormente. Por outro lado, o fato de assumirem, de forma exclusiva ou predominante, as tarefas domésticas impossibilita e/ou dificulta o acesso das mulheres à política.

Sendo assim, renegado do espaço público e condenada ao espaço doméstico, fato legitimado até mesmo nos discursos literários e institucionalizado sob a forma de arquivo, as mulheres permaneceram longe do espaço público por muitos séculos.

No Brasil, tratar da memória que se tem sobre a esfera doméstica é relembrar a participação das mulheres brancas, negras e indígenas na formação desta nação. No Brasil colônia, cada uma exercia uma função específica: a mulher indígena sendo usada como esposa, concubina ou empregada doméstica; a branca aceitando passivamente o que o homem (o pai ou o marido) lhe impusesse, sendo ensinadas a lavar, coser e fazer renda e se ocupando das atividades domésticas; e a negra servindo de mão de obra laboral, executando a mesma tarefa dos homens, ou, usada como instrumento de prazer sexual para os seus senhores (TELES, 1993).

Aqui, trago algumas notícias associadas ao estereótipo de domesticidade com que algumas mulheres políticas ou ligadas às relações de poder foram retratadas na mídia de massa.

A primeira SD se refere à então futura primeira-dama Marcela Temer, que foi divulgada na revista *Veja*, em abril de 2016. Embora a primeira dama não tenha nenhuma função política oficial, tão somente protocolar ao lado do presidente, achei bastante relevante e ilustrativa selecioná-la para este capítulo, que trata da domesticidade relegada às mulheres e da esfera pública relegada aos homens. Na época em que a reportagem foi noticiada havia a possibilidade do marido de Marcela, Michel Temer, assumir a presidência da república. Nela, a imagem de Marcela Temer foi utilizada na revista como tentativa escancarada de alavancar uma imagem positiva de seu marido, associada ao seu papel de boa esposa e boa mãe, a mulher ideal, integrando uma família também ideal.

Brasil

Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por Juliana Linhares
 © 18 abr 2016, 19h14



SDs 1

Lead (em destaque por estar difícil de ler): A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice
 Fonte: Site da revista Veja⁶

As SDs, do título e do lead desta reportagem, trazem à tona, através da intertextualidade, como uma mulher deve ser e proceder: ao utilizar os adjetivos “bela, recatada e do lar” como algo positivo, a revista Veja tenta moldar uma imagem de mulher ideal através de uma memória que remete aos padrões de beleza, à domesticidade e à descrição como qualidades indubitáveis que uma mulher necessita ter. Além disso, ao destacar que a primeira-dama “sonha em ter mais um filho com o então vice presidente”, apresenta a maternidade como algo esperado na vida de uma mulher.

A foto da reportagem condiz com o discurso que está em texto. Bini e Mayer (2016, p.169), ao analisarem a mesma imagem, enfatizam que

a partir dos signos imagéticos, Marcela Temer é apresentada com expressão serena em um ambiente elevado e iluminado estabelecendo-se assim, relação direta à sua ascensão e a posição social que irá ocupar. O vestuário escolhido, sem decote e cobrindo os ombros remete diretamente ao título “Bela, recatada e do lar”.

⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 15 de nov. 2016

Bourdieu (2012, p. 38-39-43), ao tratar sobre a incorporação e a aprendizagem, até mesmo corporificada, da dominação masculina, pelas mulheres refere que

a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados [...] a submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, curvar-se, de se submeter (o contrário de "pôr-se acima de"), nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher [...] Como se a feminilidade se medisse pela arte de "se fazer pequena" (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cerco invisível*, [...] limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo — enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos.[...] Simbolicamente votadas à resignação e à discrição, as mulheres só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar, ou, pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração.

Assim, a imagem de Marcela Temer é utilizada, nesta reportagem, como adorno à imagem de seu marido, tendo o seu espaço de mulher relegado ao privado e incorporando o “cerco invisível” que limita o seu espaço à domesticidade por meio da maternidade, discrição e recato. A FD de apoio ao governo que viria está presente na revista *Veja*, assim como a FD sobre o papel social feminino com a qual ela se identifica.

A segunda imagem aqui analisada foi veiculada na revista *Piauí*, em setembro de 2016. Nela, o atual presidente Michel Temer, marido de Marcela, aparece como um homem “comum” que volta do trabalho para casa, enquanto é aguardado por sua esposa e o filho do casal.

Nesta capa, a revista *Piauí* demonstra oposição ao governo, uma vez que se utiliza da imagem e da SD escrita que aparece no canto da capa de revista, “Fora Temer...”, ironizando, assim, a ideia de família perfeita que se tentou construir anteriormente com a divulgação da reportagem acima analisada. Porém, repete o mesmo discurso, que condiz com a memória do espaço público pertence aos homens e o privado às mulheres.



SDs 2

Um dos leads: Fora Temer, uma modalidade olímpica
Fonte: Site da revista Piauí ⁷

Para Birole e Mota (2014, p.209), a ideia de família como “sociedade ‘natural’ e âmbito dos afetos” tem sido um fator responsável pela dominação de gênero, sendo responsável pela recusa dos direitos das mulheres e pela “afirmação da heteronormatividade”, sendo assim um obstáculo para a criminalização da violência doméstica, para a igualdade entre homens e mulheres e para a consolidação dos direitos dos homossexuais, pois “a esfera doméstica e familiar, a família e a privacidade, são elas mesmas tópicos para decisões políticas, que por sua vez as afetam e dão forma às relações que nelas se constituem”. Assim, a revista Piauí auxilia na propagação do estereótipo dessa família ideal, reforçando uma memória sobre os papéis de gênero dentro dessa instituição que é a primeira responsável para isso acontecer.

As próximas SDs que analiso foram veiculadas em julho de 2016, por jornais americanos a partir da nomeação da ex-secretária de Estado Hillary Clinton como representante do Partido Democrata, tonando-se a primeira mulher candidata à presidência na história dos Estados Unidos. Em cada SD em inglês, foi feita tradução livre:

⁷ Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/edicao/120/>>. Acesso em 15 de nov. 2016.



SDs 3

Título: Clinton anuncia nomeação
Fonte: Site do Twitter⁸



SDs 4

Título: Com a nomeação, Clinton faz história
Fonte: Site do Twitter⁹

⁸ Disponível em: <<https://twitter.com/chicagotribune/status/758167864943804417>>. Acesso: 20 nov. 2016.

⁹ Disponível em: <<https://twitter.com/mckinneykelsey/status/758279911140302848>>. Acesso: 20 nov. 2016.



SDs 5¹⁰

Título: Histórica nomeação para Hillary Clinton
Fonte: Site do jornal The Washington Post



SDs 6¹¹

Título: Nomeação histórica completa
Fonte: Site do Twitter

Todas as SDs apresentadas se referem à nomeação de Hillary Clinton, sendo que nas SDs 3, 4, e 5, as imagens que ilustram as machetes não são de Hillary, mas sim, de Bill Clinton, seu marido e ex-presidente do Estados Unidos, enquanto que na imagem 6, a candidata aparece, mas com uma foto do marido ao lado. Ainda, pode-se verificar que nas SDs 3 e 4, o primeiro nome da candidata não é expresso, tornando ambígua a interpretação do leitor, pois com uma foto de Bill e um

¹⁰Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/arts-and-entertainment/wp/2016/07/27/hillary-clinton-won-a-historic-nomination-but-bill-was-on-on-the-front-page/>>. Acesso: 20 nov. 2016.

¹¹ Disponível em: < <https://twitter.com/mckinneykelsey/status/758290647174393857>>. Acesso: 20 nov. 2016.

enunciado que se utiliza do sobrenome do casal, é mais provável interpretar que a notícia se refira ao ex-presidente, e não a Hillary.

Desta forma, levanto a seguinte questão: por que é interessante que, em um momento histórico da política americana, em que uma mulher é nomeada como a primeira candidata à presidência, sua própria foto não possa estar ali ilustrando o momento? A hipótese é de que, se sua foto fosse utilizada nas capas, a sua posição seria afirmada, mas a posição ocupada não pode ser-lhe totalmente legitimada, pois antes de ser a primeira mulher na história americana nomeada a concorrer pela presidência, devemos lembrar que ela é uma mulher casada, e deve permanecer à sombra de seu marido, já que a esfera política pertence mais a ele do que a ela.

As SDs aqui analisadas reafirmam, então, as concepções trazidas no início desta seção e, embora o analista do discurso esteja propenso a interpretar conforme a sua própria FD sugere, essas SDs confirmam a existência de uma memória que faz com que as mulheres sejam estereotipadas da forma como foi mostrado. As mídias, ao propagarem esses discursos, mostram a identificação com uma mesma FD, sugerindo o não pertencimento das mulheres às esferas de poder, mas sim à esfera doméstica e conjugal, o que, de fato, é real, mas também colabora para que as posições de poder lhes sejam menos concretas e possíveis.

3.2 A HISTERIA

Histérica, louca e nervosa são alguns dos principais estereótipos de gênero atribuídos às mulheres. Tendo a emoção e o descontrole mais relacionados ao sexo feminino do que ao masculino, essas representações femininas podem ser encontradas na mídia, no cinema, na literatura, etc., como causa de uma construção histórica de histerização feminina que, por conta disso, faz parte de um imaginário social.

A associação entre a histeria e o corpo feminino nos remete séculos atrás. De acordo com Ávila e Terra (2010), ao longo da história surgiram muitos estudos sobre a histeria feminina, que aparecem desde Hipócrates, quando este denominou que a sua causa estaria no útero feminino. Platão, em *O Timeu*, também atribui a histeria ao feminino, uma vez que disse que a função do útero é gerar e, quando este permanece estéril, provoca uma diversidade de doenças:

na mulher, o que se chama de matriz ou útero seria como um ser vivo, possuído do desejo de fazer crianças. Quando, durante muito tempo, e apesar da estação favorável a matriz permanece estéril, ela se irrita perigosamente; ela se agita em todos os sentidos pelo corpo, obstrui as passagens do ar, impede a inspiração, mete o corpo, assim, nas piores angustias e lhe ocasiona outras doenças de todas as espécies (PLATÃO apud ÁVILA; TERRA, 2010, p.335).

Ao longo dos séculos, a doença permaneceu instigando a medicina, mas sempre ligada ao feminino. Foi na Idade Média, em um contexto de hegemonia religiosa e de atribuições não científicas ligadas ao misticismo, que ela começou a ser associada à possessão demoníaca. De acordo com Paiva (2000), o período inquisitorial da Idade Média consolidou a ligação entre histeria e possessão diabólica, e, de acordo com o livro *Malleus Malificarum*, que compunha um manual utilizado como guia pelos inquisidores, “toda a feitiçaria vem da luxúria carnal, a qual nas mulheres é insaciável” (MALLEUS MALIFICARUM apud PAIVA, 2000, p.42). O resultado disso foi que muitas mulheres foram levadas à fogueira sem uma explicação científica que diagnosticasse a doença, mas sim crendo-se que estavam dominadas por algo que só poderia ser explicado pelo sobrenatural. De acordo com Pinto (2010, p.15), “a Inquisição da Igreja foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis”, já que ocorreu em uma época em que os dogmas religiosos e o surgimento de uma medicina majoritariamente masculina continham todo o monopólio do saber e de cura, e a perseguição se dava principalmente às mulheres que exerciam a prática de parteiras e conheciam ervas e alternativas medicinais em uma época em que diversas doenças assolavam populações (ALVES; PITANGUY, 1985).

Mas, de acordo com Foucault (1994), foi principalmente durante o século XIX, o auge da Revolução Industrial, que o controle dos corpos, em especial os femininos, se fez de forma mais eficaz em políticas públicas organizadas por um novo Estado burguês com um objetivo claro: garantir uma hegemonia de classe. Para entendermos as causas e a dimensão que a sexualidade ganhou naquele século, precisamos entender o contexto histórico de repressão e higienização sexual existente na época. Este foi um período de bastante repressão moral, ao mesmo tempo em que houve muito crescimento em termos de diversidade cultural e científica, com a expansão da tecnologia e da industrialização, em uma Europa advinda do movimento intelectual Iluminista que ocorreu no século XVIII.

De acordo com Foucault (1994, p.9) é com o surgimento da burguesia que “a sexualidade é cuidadosamente aferrolhada [...] A família conjugal confisca-a e absorve-a inteiramente na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, faz-se silêncio. O casal, legítimo e procriador, é a lei”. O objetivo de uma moral higienizadora de corpos e mentes se deu profundamente na ligação com o desenvolvimento industrial da época. Foi um período de preocupação com a saúde e o desenvolvimento civilizatório, pois houve um grande aumento da população em aglomerados de cidades e povoados, e começou a haver uma preocupação com o futuro econômico ligado ao aumento ou diminuição da população. Além disso, o autor (Ibid., p.147-148) afirma que havia uma necessidade do estado em controlar corpos e mentes para que houvesse um processo de desenvolvimento industrial ligado à disciplinarização dos corpos através do “adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias” e, assim, a “sexualidade é procurada até no mínimo pormenor das existências; é acossada nos comportamentos, perseguida nos sonhos; suspeitam da sua presença sob as mais pequenas loucuras, perseguem-na até nos primeiros anos da infância” . De acordo com Weissheimer (2014, p.3),

foram preconizadas práticas de higiene física e mental, na intenção de criar indivíduos “saudáveis”, livres das “perversões” e das “patologias sexuais”. Desta forma, os discursos médicos-psiquiátricos, difundidos pelas políticas do Estado, tiveram o poder não apenas de debelar as moléstias físicas, como as doenças sexualmente transmissíveis, a partir dos programas de higiene. Mas, também, tiveram o poder de condicionar, psicologicamente, os indivíduos, criando sujeitos de uma “saúde” na qual os limitava aos ditames de uma moralidade que exercia sobre eles um poder inibidor dos seus instintos e sua subjetividade.

Foucault (1994, p.107-108) afirma que existiam quatro técnicas políticas estratégicas utilizadas tanto no campo do poder quanto do saber para o controle dos corpos: “a histerização do corpo da mulher”, “a pedagogia do sexo da criança”, “a socialização dos comportamentos procriadores” e a “psiquiatrização do poder perverso”. Sobre a histerização do corpo feminino, o autor (Ibid., p.148) preconiza que “levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade”. Assim, a mulher sofreu mais que o homem os efeitos do controle sexual, pois a ela era vista como

responsável por assegurar que a prole seria saudável. Abaixo, esse processo, nas palavras do autor:

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização. (Ibid., p. 107).

Neste período, a moralidade sexual fazia parte do pensamento coletivo, bem como dos discursos médicos. Nesta época, o fetichismo tornou-se uma perversão, sendo considerado “a classificação moral das práticas sexuais que destoavam da conduta heterossexual-monogâmica-falocêntrica-reprodutivista. ” (WEISSHEIMER, 2014, p.2). Assim, a atividade sexual considerada normal era realizada por um homem dominando ativamente uma mulher, e qualquer prática que não se executasse dessa forma era reprimida pela moral vigente, pois, de acordo com pressupostos médicos que existiam há séculos, a sexualidade feminina era ausente de prazer e o corpo da mulher servia apenas para a reprodução, pois lhe faltava a pulsão ejaculatória que era associada ao prazer masculino, sendo ela apenas um sujeito passivo nesta relação (Ibid.).

Portanto, este é um período em que o controle sexual da mulher e a sua serventia à reprodução é legitimada pelo Estado, sendo o corpo feminino inibido do seu próprio prazer sexual e associado unicamente ao prazer masculino.

Abaixo, trago alguns textos que foram veiculados na mídia para analisarmos o estereótipo da histeria neles presentes. Os textos escritos em outras línguas tiveram tradução livre.



SDs 1

Título: As explosões nervosas da presidente

Lead: Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, xinga subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país.

Site: Site da revista Isto É¹² - 2016

Nas SDs 1, temos a imagem de Dilma Rousseff, veiculada no início de 2016 pela revista Isto É. A revista foi veiculada em um momento em que havia a possibilidade do afastamento de Dilma Rousseff das funções da presidência.

A partir desses enunciados, podemos verificar que a revista se utiliza de palavras que denotam ações negativas e com grande impacto, como “explosão”, “quebra”, “xinga” e “ataca”, todas utilizadas para ilustrar as ações da presidenta e transmitir a ideia de que os seus atos condizem com a ideia de ela está tendo constantemente “explosões nervosas” e que, assim, “perde (também)” a condição de governar o país porque perde, primeiramente, o seu controle emocional. A revista se utiliza de uma imagem em que Dilma parece estar gritando e com raiva, imagem possivelmente captada em outro contexto, mas que foi utilizada ali, havendo, assim, um deslocamento de sentido¹³.

¹² Disponível em:

<http://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹³ O jornalista Dennis de Oliveira afirma, na revista Fórum, que a foto é do momento em que Dilma comemorava um gol da Seleção Brasileira. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/quilombo/2016/04/06/1035/>> Acesso em: 29 nov. 2016.

A revista argentina Noticias de la Semana veiculou duas capas, uma em 2013 e outra em 2015, sobre a, na época, presidenta, Kristina Kishner, que apresenta SDs parecidas com a da capa da Isto É:



SDs 2

Título: Cenas incríveis do medo de Cristina

Lead: Está fora de si. Grita com todos, inclusive os mais leais [...]

Fonte: Site da revista Noticias de la Semana¹⁴

Assim como fez a Isto é, nas SDs 2, a revista argentina se utilizou de uma imagem em que Cristina aparece com uma expressão de raiva e irritação. Na capa abaixo, transmite uma ideia de certeza quanto as hipóteses de que Cristina sofria de transtornos psiquiátricos.

¹⁴ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2013/06/07/tapa-revista-noticias-1902/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.



SDs 3

Título: Diagnóstico final

Subtítulo: A bipolaridade de Cristina

Fonte: Site da revista Noticias de la Semana¹⁵

Ao utilizar essas SDs, as revistas desmoralizam Dilma e Cristina quanto as suas capacidades de governarem os países, marcando, assim, a sua posição de oposição aos seus governos. Para isso, retomam uma memória que remete as duas mulheres à situação de descontrole emocional, assim como à histeria, deslegitimando assim qualquer possibilidade de elas continuarem em uma posição de poder, pois para isso é necessário uma sanidade mental que não lhes pertenceria.

Houve uma outra capa sobre a “fúria” na revista Época, em 2010, que parece demonstrar que a revista aborda o assunto de outra maneira ao se referir ao ex-técnico da seleção brasileira de futebol, Dunga, pois aqui a revista considera a fúria um “dom”, algo positivo, enquanto que nas SDs 1, a fúria foi retratada de forma negativa.

¹⁵ Disponível em: < <http://noticias.perfil.com/2014/11/13/sindrome-cristina/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.



SDs 4

Título: O dom da fúria

Lead: O que nos faz perder o controle. E como usar a raiva a nosso favor

Fonte: Site da revista Época¹⁶

As SDs a seguir foram veiculadas em 2013 pelo jornal americano New York Post, e apresentam a então secretária de Estado, Hillary Clinton, discutindo em uma audiência sobre o ataque terrorista contra os prédios dos Estados Unidos na Líbia em Bengasi, que ocorreu em 2012. O enunciado “Não se admira que Bill tenha medo” faz uma referência ao marido de Hillary, o ex-presidente Bill Clinton.



SDs 4

Título: Não se admira que Bill tenha medo

Subtítulo: Hillary explode com raiva na audiência de Bengasi

Fonte: Site do Yahoo¹⁷

¹⁶ Disponível em: < <http://revistaepoca.globo.com/edicoes-anteriores/p/10/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Na audiência, a ex-secretária de Estado aparece discutindo, e o jornal se utilizou de uma imagem em um momento em que estava alterada para ilustrar a capa de sua edição. Ao usar as SDs utilizadas, e fazer uma referência ao marido de Hillary, o jornal pressupõe que ela é uma pessoa alterada e que mantém um temperamento explosivo também em sua vida particular, não desvinculando a sua posição política de sua vida matrimonial. Assim, se utiliza de uma memória que, assim como nas capas analisadas acima, remete ao descontrole emocional e à histeria.

3.3 A SEXUALIZAÇÃO E O PADRÃO ESTÉTICO

O movimento feminista obteve muitas conquistas nos últimos anos, melhorando a equidade salarial, a conquista de direitos ao voto e à liberdade sexual. Porém, a vinculação da imagem feminina ao estereótipo da sexualidade e a imposição de determinados padrões de beleza ainda é uma realidade que não foi superada, sendo esse até mesmo associado às mulheres que exercem cargos de poder político. Nesta seção trato da sexualidade e dos padrões de beleza associados às mulheres para depois analisar SDs utilizadas em suas representações na mídia tradicional, associando essas SDs com as noções de estereotipia que fazem parte da memória com que são retratadas.

Como foi afirmando anteriormente no início desse capítulo sobre memória sobre o feminino, para Bourdieu (2012, p.9), a violência simbólica é a principal forma de se exercer uma dominação, afinal ela se dá de forma “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas”. Assim, acredito que uma das principais formas de violência da dominação de gênero se dá por meio dos padrões estéticos e de comportamento, que fazem com que algumas mulheres até saiam da esfera privada, que lhes é socialmente atribuída, mas saiam de forma objetificada e com preocupações que, talvez, lhes possam ser mais relevantes do que qualquer outra questão. Afinal, a construção da imagem da mulher em uma sociedade patriarcal é uma imagem que faz com que essa construção seja útil para o próprio patriarcado, ou seja, uma imagem que sustente um sistema de dominação que garante a hegemonia masculina no âmbito social, político e econômico.

¹⁷ Disponível em: < <https://www.yahoo.com/news/blogs/lookout/york-post-says-clinton-exploded-rage-benghazi-testimony-165326232.html?ref=gs>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Assim, muitas vezes vemos a representação da mulher na indústria cultural, na mídia e nas propagandas com a sua imagem vinculada a um padrão estético ou uma sexualidade exagerada, seja em notícias que dão foco ao corpo, seja em propagandas que se utilizam desses estereótipos como forma de vender produtos. Thompson (2011, p.133), sobre os produtos da indústria cultural reitera que:

Na maioria das vezes, eles são construtos simbólicos que são moldados de acordo com certas fórmulas preestabelecidas e impregnados de locais, caracteres e temas estereotipados. Não desafiam ou divergem das normas sociais existentes; ao contrário, reafirmam essas normas e censuram toda ação e atitude que delas se desvia. Os produtos da indústria cultural se apresentam como um reflexo direto, ou uma reprodução, da realidade empírica, e, devido a esse "pseudo-realismo", normalizam o status quo e suprimem a reflexão crítica sobre a ordem social e política, o que as pessoas leem, veem e ouvem é algo familiar e banal, e nessa esfera simbólica de familiaridade repetitiva é inserida uma cadeia de slogans aparentemente inocentes - "todos os estrangeiros são suspeitos", "uma garota linda não pode fazer coisas erradas", "o sucesso é a finalidade última da vida" - que se apresentam como verdades auto evidentes e eternas.

Lauretis (1994) sustenta, a partir da análise de Foucault no livro *História da Sexualidade* (1976 apud LAURETIS, 1994, p.222), que a sexualidade é construída na cultura de acordo com os “objetivos políticos da classe dominante” que ocorre através de proibições e regulações dos comportamentos sexuais por “autoridades religiosas, legais ou científicas”. Lauretis ainda declara que, por exemplo, o cinema é uma das “tecnologias sexuais” - a autora traz o conceito de “tecnologia” a partir do que Foucault desenvolve sobre as técnicas utilizadas pela burguesia para o controle dos corpos. Ainda, afirma que algumas teóricas feministas do cinema apontam a sexualização das atrizes femininas nos filmes por intermédio de técnicas como o enquadramento, a iluminação, e os “códigos específicos”, como a maneira feminina de olhar, que constroem uma imagem feminina em um “*locus* primário da sexualidade e do prazer visual”, a autora então reconhece que “Não há quase dúvida, [...] que o cinema – o aparelho cinematográfico – é uma tecnologia de gênero” (Ibid., p.221). Sendo assim, banalizadas na cultura, as representações estereotipadas estão ligadas à uma teia de discursos que tenta moldar a forma de agir feminina, cria-se a imagem e a imagem transmitindo uma doutrinação.

Lauretis (1994, p.222-221), alega ainda que a sexualidade feminina, na conceituação patriarcal, como forma de construção cultural e auto representação, “é construída na projeção da masculina, seu oposto complementar, sua extrapolação -

assim como a costela de Adão”, de modo que essa sexualidade é “percebida como um atributo ou uma propriedade do masculino”. De acordo com a autora:

A sexualização do corpo feminino tem sido, com efeito, uma das figuras ou objetos de conhecimento favoritos nos discursos da ciência médica, da religião arte, literatura, cultura popular e assim por diante. A partir de Foucault surgiram vários estudos abordando o tópico, com maior ou menor explicitação, centro de seu arcabouço metodológico histórico; mas a conexão entre a mulher e a sexualidade, e a identificação do sexual com o corpo feminino, tão difundidas na cultura ocidental, já há muito vêm sendo uma das preocupações centrais da crítica feminista e do movimento de mulheres independentemente, é lógico, de Foucault. (Ibid., p. 221).

A cultura sempre desenhou, em diferentes épocas, um tipo de mulher. Aqui, trato de alguns estereótipos de mulheres que surgiram na Idade Média, mas que ainda acompanham as representações femininas atuais.

A dicotomia sexualidade x pureza foi algo que moldou os estereótipos de gênero. Sendo aquela que instiga pensamentos sexuais ou santa e purificada na imagem da mãe, a mulher geralmente não se pode enquadrar nos dois estereótipos, um exclui o outro. Vemos essas representações femininas, tanto nas representações artísticas da Antiguidade, quando em diversos períodos artísticos e literários.

Essa dicotomia se moldou no pensamento ocidental, principalmente pela influência religiosa que advém da Idade Média. Assim, temos a imagem da Virgem Maria e de Eva, representando a pureza e a maldição. Alves e Pitanguy (1985, p.20) sobre esse período consideram que:

Neste período, essencialmente teológico, a “maldição bíblica de Eva” acompanharia mais do que nunca a mulher. Se bem que existia uma contradição interna no pensamento da Igreja medieval no que concerne à posição da mulher, oscilando entre as figuras de Maria, exaltada, e Eva, denegrada, o que prevalece na mentalidade eclesiástica da época é a formação e o triunfo do tabu sexual. Eva é responsável pela queda do homem, e é considerada, portanto, a instigadora do mal. Esse estigma, que se propaga por todo o sexo feminino, vem a se traduzir na perseguição implacável ao corpo da mulher, tido como fonte de malefícios.

De acordo com Macedo (2002), devido aos efeitos moralizantes da história de Eva, muitos teóricos e moralistas acreditavam que a mulher levava o homem “à danação”. Nas palavras do autor:

Na literatura religiosa encontram-se alguns dos mais importantes juízos relativos à natureza feminina. Neste caso, coexistiram duas tendências

opostas: uma, a pecadora, e outra, a redentora. No primeiro caso, Eva era a figura paradigmática. Boa parte da argumentação dos moralistas fundamenta-se nos textos bíblicos. O drama de Adão e Eva no paraíso foi retomado, analisado e explicado por diversos escritores cristão. De fato, a misoginia medieval deveu muito à imaginação dos ascetas [...] Boa parte do arsenal antifeminino dos teólogos e moralista baseava-se na regra segundo a qual as mulheres levavam o homem à danação. Eram consideradas perigosas, frágeis, astuciosas, encenqueiras, inconstantes, infiéis e fúteis; sensuais, representavam obstáculos à retidão. [...] Na iconografia de inspiração religiosa, a luxúria, isto é, o desejo sexual desmedido, costumava ser simbolizado por uma mulher belíssima (MACEDO, 2002, p.66-68).

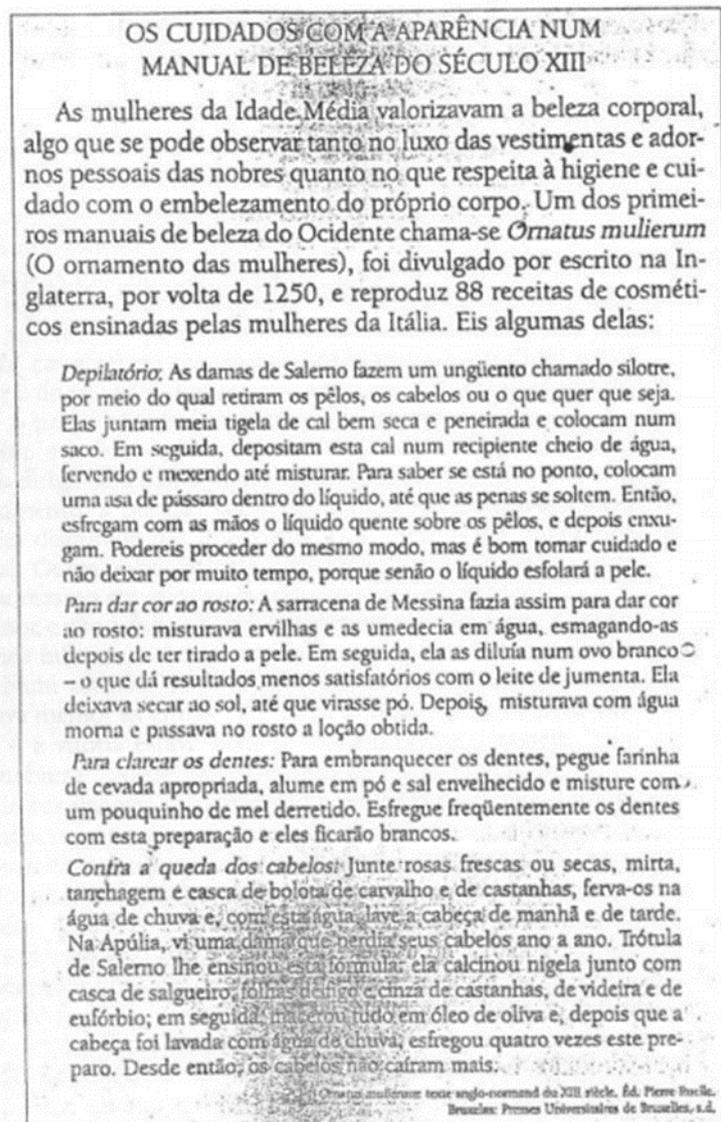
De forma oposta tinha-se a imagem de Maria, sendo a imagem da “mulher redentora”, imaculada, virgem e pura, sendo vinculada aos “quatro dogmas da Igreja [...] (maternidade divina, virgindade, imaculada concepção e assunção). Macedo (2002) menciona que durante a Idade Média surgiram muitas histórias retratadas na literatura sobre mulheres que eram pecadoras, mas por meio do arrependimento e da recusa do prazer carnal eram purificadas.

Foi talvez por isso que, na espiritualidade ocidental, entre as figuras de Eva e Maria tenha sido interposta a da pecadora arrependida, Maria Madalena [...] Nela, venera-se a imagem da prostituta que, tocada pela palavra de Cristo, arrependeu-se de todo o coração. (Ibid., p.73).

Neste mesmo período medieval, ocorreu o surgimento do “amor cortês”, e surgiu, então, o estereótipo da “dama”, que podemos relacionar com a acentuação dos padrões estéticos e comportamentais, já existentes naquela época, já que a presença desse “amor cortês” no trovadorismo era sempre uma “mensagem endereçada à mulher amada”, mulher esta que tinha um ideal de beleza, e o poeta, um jovem cavaleiro humilde que dedicava os seus versos à uma mulher de alta linhagem que muitas vezes era casada com o seu senhor (MACEDO, 2002, p.75).

Há quem veja no ideário cortês uma suposta valorização da mulher. Duvidamos dessa valorização por dois motivos. Em primeiro lugar, porque apenas um grupo em particular, composto pelas damas era posto em evidência. Em segundo lugar, porque a evocação, em última análise, enfatiza a imagem e não a mulher em si. A dama não era personificada pelos trovadores, mas sim estilizada. (Ibid., p.75).

A padronização estética já acontecia naquela época, conforme mostra a seguinte gravura do *Ornatus Mulierum* (O ornamento das mulheres) que continha receitas cosméticas ensinadas por mulheres italianas (MACEDO, 2002., p.74):



Quanto à questão estética nas mulheres daquela época, podemos verificar que, atualmente, somos ainda mais condicionadas às pressões estéticas. Evoluíram e mudaram os padrões desde aqueles tempos, mas com o surgimento da indústria e com as novas tecnologias de beleza, de fácil acesso e muitas formas de pagamento, houve uma democratização cosmética e uma indústria – incluo aqui a indústria tradicional da mídia, do cinema, da moda, etc. - especializada em lucrar e reproduzir estereótipos de beleza, principalmente femininos.

Para ilustrar as ideias expostas acima, trago algumas imagens que mostram como o estereótipo feminino é veiculado pela mídia tradicional por meio de referências à sexualidade e a padrões estéticos. As SDs em língua estrangeira

tiveram tradução livre, e apenas foram destacadas as que acredito serem interessantes para a análise.

As SDs 1 e 2 são referentes à ex-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner. Ambas foram veiculadas na revista argentina Noticias de la Semana, uma em 2012 e outra em 2013. Em ambas as capas temos uma imagem sexualizada de Cristina, sendo que na primeira, não apenas a imagem é de sexualização, mas também o texto escrito. Na SD “Se mostra cada dia mais sensual, mais distraída e até atrevida”, a capa faz uma referência à uma suposta personalidade erótica de Cristina, e no final enfatiza: “Por que o exercício de poder e o contato com a massa atuam como fatores erotizantes”, relacionando essa personalidade às suas funções presidenciais, como se uma coisa fosse consequência da outra. A segunda capa diz “A rainha está nua” e “Segredos de uma ausência inquietante”, juntamente com uma imagem de Cristina nua, para então noticiar os segredos de seu “sumiço”.



SDs 1

Título: O gozo de Cristina

Lead: Se muestra cada dia mais sensual, mais distraída e até atrevida. [...] Por que o exercício de poder e o contato com a massa atuam como fatores erotizantes.

Fonte: Site da Revista Noticias de la semana¹⁸

¹⁸ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2012/09/07/el-goce-de-cristina/>>. Acesso em 26 nov. 2016.



SDs 2

Título: A rainha está nua.

Subtítulo: Segredos de uma ausência inquietante

Fonte: Site da Revista Noticias de la semana¹⁹

As SDs 3 e 4 fazem referência à ex-senadora Heloísa Helena, uma de 2008 e outra de 2004. As duas reportagens foram veiculadas a partir do fato de que Heloísa apareceu em público sem vestir “a indefectível calça jeans” como diz uma das reportagens, mas sim de vestido, sendo o fato veiculado como um grande acontecimento. É interessante notar que nessas reportagens, o que ganha destaque é a vestimenta que ela usava, o que pode indicar que na FD destas mídias, é mais interessante a ela, uma mulher, aparecer em público com uma roupa que na memória é considerada feminina, o vestido.

Política

Heloísa troca o branco pelo preto, mostra as pernas e arranca aplausos

SDs 3

Fonte: Site do Jornal Alagoas 24 horas²⁰

¹⁹ Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2013/12/27/la-reina-esta-desnuda/>>. Acesso em 26 nov. 2016.

²⁰ Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/787727/heloisa-troca-o-branco-pelo-preto-mostra-as-pernas-e-arranca-aplausos/>>. Acesso em 26 nov. 2016.

Heloísa Helena surpreende o plenário em vestido bicolor

SDs 4

Fonte: Site do Jornal Estadão²¹

As SDs 5 e 6 são, respectivamente, sobre Dilma Rousseff em sua posse como presidenta em 2015 e sobre a ex-candidata à presidência, Marina Silva, em 2014, época de disputa eleitoral. As duas SDs fazem referência direta à aparência das duas mulheres políticas ali retratadas. A revista Exame, ao veicular como a roupa usada por Dilma ganhou repercussão na internet mostra que, em sua FD, este é um fato relevante o bastante para ser veiculado. Podemos notar que a SD que a revista veicula revela que “Segundo a revista Veja, Dilma já teria perdido cinco quilos [...], **mas** o vestido teria evidenciado a silhueta em “A” da presidente” (grifo meu), juntamente com uma imagem em que Dilma não está pousando para a foto. O “mas” na SD significa que, apesar de ter perdido 5 quilos, o vestido ainda assim lhe evidencia uma silhueta em “A”, e por isso não lhe caiu bem, já que, possivelmente, o que a revista considera ideal não é uma silhueta em forma de “A”.

Na SD 6, o site Terra considera que o coque de Marina Silva lhe passava uma imagem de “controladora”. Através disso, a hipótese que formulo é a de que o cabelo solto é algo associado à uma imagem mais feminina, enquanto que o coque pode ter associação com uma personalidade mais masculina que é socialmente considerada mais equilibrada e controlada, inclusive emocionalmente, sendo um dos motivos disso, a condição masculina naturalizada dentro dos espaços de poder.

²¹ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,helloisa-helena-surpreende-o-plenario-em-vestido-bicolor,20040513p36068>>. Acesso em 26 nov. 2016.

Os melhores tuítes sobre o vestido de Dilma na posse

Segundo a revista Veja, Dilma já teria perdido cinco quilos (a meta é de 13kg), mas o vestido teria evidenciado a silhueta em "A" da presidente

Por **Mariana Fonseca**
 © 2 Jan 2015, 12h58



SDs 5

Fonte: Site da revista Exame²² - 2015

Lead (em destaque por estar difícil de ser lido) : Segundo a revista Veja, Dilma já teria perdido cinco quilos (a meta é de 13 kg), mas o vestido teria evidenciado a silhueta em “A” da presidente.

CABELOS E SALÃO

Marina parece menos controladora sem coque, diz cabeleireira

Beauty artist considera que novo visual passa "sensação de personalidade menos controladora"

SD 6

Lead (em destaque por estar difícil de ser lido): Beauty artist considera que novo visual passa “sensação de personalidade menos controladora”

Fonte: Site Terra²³

Para Bourdieu (2012), a violência simbólica da dominação de gênero se dá, também, por meio da imposição de padrões estéticos e de comportamento, até mesmo por meio das roupas impostas ao gênero feminino. A essas imposições,

²² Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/brasil/roupa-de-dilma-rousseff-na-posse-chama-a-atencao-no-twitter/>>. Acesso em 26 de nov. 2016.

²³ Disponível em: < <https://beleza.terra.com.br/cabelos/marina-parece-menos-controladora-sem-coque-diz-cabeleireira,aace452f4ee19410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 26 nov. 2016

internalizadas e corporificadas, o autor se refere como um “confinamento”. Nas palavras do autor:

Essa espécie de *confinamento* simbólico é praticamente assegurado por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (tendo a saia uma função semelhante à sotaina dos padres) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente ("minha mãe nunca me disse para não ficar de pernas abertas"): ora com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar etc); ora só as permitindo à custa de precauções constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta [...] Essas maneiras de usar o corpo, profundamente associadas à atitude moral e à contenção que convêm às mulheres, continuam a lhes ser impostas, como que à sua revelia, mesmo quando deixaram de lhes ser impostas pela roupa (como o andar com passinhos rápidos de algumas jovens de calças compridas e sapatos baixos) (Ibid., p. 39-40).

Sendo assim, posso concluir que as SDs veiculadas pelas mídias aqui analisadas, reproduzem uma imagem de mulher dentro de um padrão estético que pressupõe uma forma de vestir e de se portar, propagando assim uma memória que afirma esse ou aquele padrão ao gênero feminino. Além disso, a sexualização também estava presente nas SDs aqui analisadas, pois, ao veicular os padrões estereotipados da sexualidade nas imagens de Cristina Kirchner, por exemplo, a mídia releva o que lhe é mais importante ser divulgado para os seus leitores: as referências à vida pessoal da ex-presidenta argentina, e não os seus feitos como política.

4 O MOVIMENTO FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA MUDANDO UMA MEMÓRIA

Não foram poucos os grupos de mulheres que se rebelaram ao longo da história contra a imposição da hegemonia masculina. Com Revolução Francesa, uma nova ordem e um novo conceito de igualdade social e jurídica é estabelecida, a partir da Declaração dos Homens e dos Cidadão (1789), quando surgem ideia de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que vão influenciar os Direitos Humanos no mundo todo. É nesse momento que surgem mulheres revolucionárias reivindicando a revogação de leis que submetem as mulheres, especialmente as casadas aos seus maridos. Olympe de Gouges publica, baseado nas ideias da Revolução, Os Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), já que os ideais revolucionários não se aplicavam às mulheres. Olympe foi guilhotinada em 1793, acusada de “ter querido ser um homem de Estado” (ALVEZ; PITANGUY, p. 32). Aqui, a conclusão da Declaração, que se consiste em 17 artigos:

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira. (GOUGES, 1791)²⁴.

De acordo com as Alves e Pitanguy (1999, p.35), houve um manifesto contrário à participação feminina em resposta aos movimentos que surgiram pós Revolução. Tal manifesto decreta: “todas as mulheres se retirarão ao âmbito doméstico e que as que forem encontradas agrupadas, nas ruas, em grupos maiores de cinco serão presas até que a tranquilidade volte à Paris”.

Influenciada pela ideia de igualdade entre os sexos, a chamada primeira onda do feminismo surge no início do século XIX e continua no século XX adiante. Esta primeira onda surge nos Estados Unidos e na Europa, em um contexto de liberalismo político, e reivindicava igualdade civil, trabalhista e, principalmente, o direito ao voto, que ficou conhecido como Sufrágio Feminista. Esta primeira onda feminista também confrontava estereótipos de comportamento feminino, como o

²⁴ GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, 1791. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1791/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 29 out. de 2016.

culto à domesticidade feminina e os lugares predestinado às mulheres na esfera privada (KROLOKKE; SORENSEN, 2006).

De acordo com Teles (1993), no Brasil, o direito ao voto foi conquistado após a revolução de 30, e incorporado oficialmente à Constituição brasileira de 1934, voto esse que foi impulsionado por uma organização chamada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Organizado pela líder feminista Berta Luz, esta organização tinha como objetivo: “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino...” (Ibid., p.44).

Se a primeira onda conquistou o direito ao voto e “igualdade” no mercado de trabalho, a segunda onda ficou conhecida por ser mais radical, ocorrendo em torno dos anos 1960. De acordo com Kroklokke e Sonrense (2006), esta segunda onda foi influenciada por movimentos estudantis de esquerda, contra a Guerra do Vietnam, e o movimento gay e lésbico, que se focavam na crítica a um sistema capitalista e imperialista e na noção de opressão sofrida por determinados grupos sociais: a classe trabalhadora, os negros, mulheres e homossexuais. Esta segunda onda acreditava que a diferença sexual e o patriarcado eram inerentes à sociedade burguesa, sendo a diferença de gênero algo mais fundamental que a diferença entre classe e raça.

Simone de Beauvoir escreve, em 1949, o renomado livro *O segundo sexo*, no qual se apoia em uma perspectiva histórica e sociológica para descrever como se dá a socialização e o condicionamento da mulher para que ela exerça a sua “função” de mulher. Beauvoir (1970, p.10) revela que “a fêmea é o inessencial perante o essencial” e que “ela não é senão o que o homem decide que seja”. A autora faz um estudo da condição da mulher sendo sempre “o Outro” em relação ao homem, não se constituindo nem sob a perspectiva de grupo, pois, ao contrário das outras relações de opressão sofridas por outros grupos sociais, em que uma maioria se sobrepõem a uma minoria, tendo como marco um fato histórico, por mais que se remonte ao passado, as mulheres sempre estiveram subordinadas ao homem, mas sem uma história própria e nem uma unidade concreta para se afirmar.

A terceira onda do movimento feminista, chamada de “novo” feminismo, que é a que estamos vivendo agora, é motivada pela necessidade de construir uma teoria e um pensamento feminista categórico, criticando os estereótipos e as linguagens usadas para denominar as mulheres, utilizando o cyber espaço como forma de

debates e afirmação, e criando novas palavras para as diferentes formas de violência, principalmente simbólica, sofrida pelas mulheres. De acordo com Krolokke e Sorensen (2006, p.17), “este novo “novo” feminismo é caracterizado pelo ativismo local, nacional e transnacional, em áreas como a violência contra a mulher, o tráfico, a cirurgia corporal, a automutilação e a "pornografia" global da mídia”²⁵.

A participação política acaba sendo algo não vinculado ao sexo feminino, pois a política é muitas vezes vista como “coisa de homem”, sendo uma consequência da vinculação do espaço da rua, e do público ao sexo masculino. Desta forma, enquanto as mulheres não estiverem ocupando tantos cargos políticos quanto os homens, a hegemonia de poder masculino, e a memória de que a esfera pública não pertence ao feminino se perpetuará. C.A. Souza (2010, p.194), ao falar a desvantagem feminina frente à participação política expõe que:

Em certas circunstâncias históricas, pertencer a um grupo social carrega o significado de não poder ou não possuir as aptidões adequadas para acessar o espaço de decisões políticas. Se trata da denominada "cidadania de segunda classe". No âmbito social existe a compreensão de que as pessoas que não se enquadram nesse grupo não governam ou não têm capacidade para governar [...] Nesse contexto, a presença ou ausência de um número proporcional de indivíduos portadores das características registradas do grupo social no órgão político é importante para a construção do significado social que se define em relação com o fato de portar tais características. Esse significado social afeta a todos os membros do grupo, independente de suas próprias ações.²⁶

Se a representação política, como afirma a autora citada acima, é importante para a “construção do significado social” para quem pertence a um grupo social estereotipado, a participação efetiva desses grupos na política pode trazer novas conquistas por meio de uma visão não privilegiada e de diferentes perspectivas sociais.

²⁵ Tradução livre do original: This new “new” feminism is characterized by local, national, and transnational activism, in areas such as violence against women, trafficking, body surgery, self-mutilation, and the overall “pornofication” of the media.

²⁶ Tradução livre do original: En ciertas circunstancias históricas, pertenecer a un grupo social conlleva el significado de no poder o no poseer las aptitudes adecuadas para acceder al espacio de decisiones políticas. Se trata de la denominada «ciudadanía de segunda clase». En el ámbito social existe la comprensión de que las personas que se encuadran en ese grupo no gobiernan o no tienen capacidad para gobernar. [...] En ese contexto, la presencia o ausencia de un número proporcional de individuos portadores de las características adscriptivas del grupo social en el órgano político es importante para la construcción del significado social que se configura en relación con el hecho de portar tales características. Ese significado social afecta a todos los miembros del grupo, con independencia de sus propias acciones.

Como dito anteriormente, a conquista do direito feminino ao voto só foi incorporada à Constituição brasileira em 1934 e, se o direito ao voto foi conquistado, a equidade da participação feminina na esfera pública, exercendo cargos políticos, é algo que ainda não obtemos. De acordo com a página online do Senado Federal²⁷ brasileiro, o número de candidatas eleitas é menor que o de eleitos, sendo que em 2014 apenas 11% das candidatas a cargos políticos se elegeram.

A memória sobre a participação da mulher na política brasileira teve um impacto quando as mulheres começaram a eleger-se para cargos políticos. Destaco aqui a eleição de Dilma Rousseff, em 2011, o que pode ser chamado na AD de “acontecimento discursivo”, pois esse fato transforma uma memória pré-existente. De acordo com Indursky (2008, p.21), Pêcheux chama de “acontecimento discursivo”,

o exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição. [...]Esse movimento em direção ao novo, ao inusitado, esse movimento de ruptura marca um momento pontual, único, fugaz, irrepitível, o qual registra não só o surgimento de um novo domínio de saber, mas também uma nova forma-sujeito. Ou, se preferirmos um novo sujeito histórico, ideológico. Como é possível perceber, o acontecimento discursivo não se dá a partir do nada. Ele ocorre a partir de um domínio de saber já existente em relação ao qual ocorre ruptura.

Se, conforme os dizeres da autora acima citada, um acontecimento discursivo rompe com um determinado domínio de saber afetando a sua FD, antes, ele rompe com uma memória. Desta forma, a eleição de Dilma Rousseff no Brasil veio mudar a memória que se tinha sobre o assunto, pois antes disso nenhuma mulher havia sido eleita para o mais alto cargo do executivo brasileiro. É interessante notar que ao se eleger presidente, Dilma Rouseeff preferiu que o termo utilizado para descrever a posição que ocupava fosse “presidenta”. Assim, o termo ganhou um novo significado, pois se antes o termo presidente era usado apenas para homens, agora ele começou a fazer parte de uma nova memória que o ressignificou, e ainda colocou uma marca de desinência de gênero feminino, como se afirmasse que sim, mulheres também podem ocupar um cargo de presidência.

²⁷ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em 29 de out. 2016.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, sob o suporte da Análise do Discurso, busquei analisar discursos que foram veiculados pela mídia sobre mulheres que ocupam, ou já ocuparam posições de poder. Para compreender os motivos para os tais discursos terem sido veiculados, analisei o conceito de formação discursiva relacionado à mídia, bem como a constituição da mídia tradicional como organização comunicativa no Brasil, sob os preceitos de transparência e neutralidade com que seus discursos são transmitidos em massa, e como eles moldam as opiniões. Tendo em vista os discursos aqui analisados, posso concluir que a mídia tradicional brasileira e, como pude verificar analisando discursos veiculados em outros países, não apenas a brasileira, atua como reprodutora de um discurso hegemônico, até mesmo por estarem historicamente aliados a grupos que possuíam ou possuem poder político.

Pude verificar que existem muitos conceitos em Análise do Discurso que podem ser associados ao tema em estudo, como por exemplo, a noção de formação discursiva e posição sujeito, e que, a partir disso, não existe sujeito sem ideologia. E, ainda, que nenhum sujeito é o autor sozinho de seu discurso, pois o seu discurso está inserido em uma rede de discursos relacionados às relações de poder na sociedade.

Também busquei analisar os estereótipos com que as mulheres foram retratadas, tentando mostrar como eles vêm de uma memória que se repete. Tendo então pesquisado sobre os estereótipos da domesticidade e da histeria, da sexualização e dos padrões de beleza, encontrei ligação entre eles e a ideologia patriarcal ou machista que os mantém vivos e reproduzidos tanto na mídia, quanto nos dominados e nos dominantes, afinal, como enfatiza Bourdieu (2012, p.15), nós, tanto homens como mulheres, incorporamos “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” e, por isso, somos também responsáveis por uma realidade que sustenta uma memória, como se uma se alimentasse da outra, ou seja, a realidade produz o discurso, e o discurso afirma a realidade. Desta forma, posso concluir que existe uma relação direta entre os estereótipos, a historicidade que os compõem e os discursos que a partir deles são reproduzidos, afinal, “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 1999, p.25). Mas, posso concluir, também, que a memória é afetada por acontecimentos sociais, como as melhorias

da equidade de gênero em diferentes âmbitos, mudanças essas ocorridas devido aos movimentos feministas, e que essas mudanças sociais afetam os discursos por meio de um “acontecimento discursivo”.

Certamente, não consegui tratar de toda a complexidade que o assunto engloba, afinal a memória sobre a submissão feminina é algo que remete a uma teia de discursos milenares. Porém, acredito que as sequências discursivas e os estereótipos aqui analisados podem, talvez, dar suporte para uma análise futura mais complexa, pois não acredito que possa existir uma análise sobre as minorias políticas que descarte a existência de uma hegemonia de poder em nossa sociedade, além dos estereótipos, muitas vezes negativos, que são reproduzidos sobre os grupos dominados, afinal, o poder ideológico dos discursos dominantes é estridente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ÁVILA, Lazslo Antônio; TERRA, João Ricardo. Histeria e somatização: o que mudou?. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v.59, n.4, p.333-340, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 2 nov. 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BINI, Renan Paulo; MAYER, Deisy Antoniele Guedes. Os interdiscursos na retórica midiática como instrumento de manutenção dos papéis sociais de gênero na política: as representações femininas na edição 2474 da Revista Veja. **Temática**, n. 10, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/31073>>. Acesso em 4 out. 2016.

BIROLE, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. V. 90, p.45-69, 2010. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/1765>>. Acesso em 10 nov. 2016.

_____. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, p. 71-98, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a04.pdf>>. Acesso em 2 nov. 2016.

_____. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do 'jornalismo moderno' no Brasil. **História**, São Paulo, vol. 26, n. 2, p. 118-43, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a07v26n2.pdf>>. Acesso em 2 nov. 2016.

_____; MIGUEL, Luis Felipe. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 25, n. 73, p. 59-76, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a04.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2016.

_____; MOTA, Fernanda Ferreira;. O gênero na política: a construção do 'feminino' nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.43, p. 197-231, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0197.pdf>>. Acesso em 2 dez. 2016

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Elena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – I**. Tradução Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'água editores, 1994.

FRANÇA, Thyago Madeira. Um olhar sobre o conceito de memória discursiva de Michel Pêcheux. *Interletras*. V.4, n.22, 2016, p.1-10. Disponível em: <http://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n22/artigos/17.pdf>. Acesso em 5 out. 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação Discursiva, Mídia e Identidades. In: INDURSKY, Freda, LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos. Claraluz, 2007, p.173-186.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em *Análise do Discurso*. In: MITTMANN, Solange; CAZARIN, Ercília Ana; GRIGOLETTO, Evandra. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias - Sujeito e língua**. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p.9-33.

KROLOKKE, Charlotte; SORENSEN, Anne Scott. "From Suffragettes to Grrls". In: **Gender Communication Theories and Analyses: From Silence to Performance**. Sage, 2005. Disponível em: <https://us.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/6236_Chapter_1_Krolokke_2nd_Rev_Final_Pdf.pdf>. Acesso em 25 nov. 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do Gênero. In : HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIRA, Ricardo César Pereira. Breve Estudo sobre as entidades familiares. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (Org.). **Repensando o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 81-96

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002.

MITTMANN, Solange. Redes e significações no ciberespaço. In: SOUZA ROMÃO, Lucília de; GASPAR, Nádea. (Org.s). **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro e João, 2008, p. 113-130.

_____. Formação discursiva e autoria na produção e circulação de arquivos. In: **A noção do arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos**. Conexão Letras 11. PPG-Letras da UFRGS, Porto Alegre, v.9, n.11, p. 31-40, 2014.

_____. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos. Claraluz, 2007, p.153-162.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: **A noção do arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos**. Conexão Letras 11. PPG-Letras da UFRGS, Porto Alegre, v.9, n.11, p. 373-380, 2014.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PAIVA, Raquel. **Histeria na mídia**: a simulação da sexualidade na Era Virtual. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Revista Sociologia e Política. Curitiba, v. 18, n.36, p.15-23, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em 2 out. 2016.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. In: **A noção do arquivo em Análise do Discurso**: relações e desdobramentos. Conexão Letras 11. PPG-Letras da UFRGS, Porto Alegre, v.9, n.11, p. 23-30, 2014.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1993.

THOMPSON, John B.. **Ideologia e cultura**. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, Cristiane Aquino de. La legitimidad de la democracia y la política de la presencia. **DOXA: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, n. 33, p. 191-214, 2010. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/la-legitimidad-de-la-democracia-y-la-politica-de-la-presencia/>>. Acesso em 10 out. 2016.

_____. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos**. V. 20, n. 1, p. 146-170, 2015. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/7198/4094>>. Acesso em 10 out. 2016.

SOUZA, Renata Adriana de. **O enunciado liberdade de expressão em weblogs progressistas**: produção e circulação de sentidos. Porto Alegre, 2015. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WEISSHEIMER, Felipe Salvador. A tentativa de controle do corpo das mulheres na modernidade inglesa: as relações entre o romantismo e o falacioso diagnóstico da histeria feminina. **Boletim Historiar**, n. 5, p. 54-79. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/3012/2655>>. Acesso em: 5 jun. 2016.